SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 1/2021

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE FEVEREIRO DE 2021

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, em sistema de vídeo conferencia, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1.Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

2.Análise da situação atual da Tejo Ambiente;

3.Derrama - Liquidar em 2021 referente ao ano económico 2020 – Redução;

4.Aprovação de financiamentos bancários da Tejo Ambiente;

5.Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre.

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: ----------

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares Gomes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Victor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luís António Rodrigues Salgueiro, José de Jesus Salgueiro, Patricia Silva, Sara Louro, Dora Santos, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. ----------

Estiveram presentes também, os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Duque, Pedro Rosa e Carlos Duarte. ----------

Não esteve presente a Senhora deputada Manuela Ferreira, por motivos profissionais, tendo justificado antecipadamente a sua falta. ----------

Posta a aprovação ata da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2021, a mesma foi aprovada por unanimidade. ----------

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir "*Felicitar o Município e a Assembleia Municipal por ter aceite este desafio de transmitirmos neste tempo tão difícil, as nossas sessões, para que todo o publico, todos os nossos munícipes, os sardoalenses, possam assistir. É um modelo que tem sido utilizado por outras Autarquias nossas vizinhas, tecnicamente é possível, sendo que por vezes é quase uma aventura, mas estamos certos que, com a ajuda dos técnicos do município tudo será feito para que corra*

o melhor possível e, neste sentido, cumprimentar também todos os nossos munícipes que se encontram em casa a assistir a esta reunião.

A minha intervenção está relacionada com o tom um pouco crispado que se tem notado nas ultimas reuniões de Câmara, e inclusive na ultima assembleia municipal, na parte das reuniões de Câmara, temos falado com os nossos vereadores, temos lido algumas atas e achamos que, eu pessoalmente acho, que esta a ser utilizado um tom que por vezes não parece o mais adequado, chega-se a pontos de quase negar o acesso a documentos, nomeadamente a atas da comissão de defesa da floresta, fazem-se pedidos de acesso a documentos, nomeadamente à Carta Educativa, já há um ano, não houve resposta, tendo de ser apresentado um pedido recentemente sobre a forma de requerimento e, enfim, os nossos vereadores da oposição, bem como os deputados do Partido Socialista, estão a aguardar que seja dada a informação porque não nos aprece normal que isto ocorra. Aquilo que me foi relatado, inclusive, são conversas, são acontecimentos que por vezes parece que desconsideram até os vereadores da oposição, em alguns casos, negando o acesso aos documentos, parece que está a por em causa o profissionalismo e a ética dos vereadores e isto não nos parece correto, portanto, esta minha intervenção é no sentido de, de facto, tentar, ou solicitar que as reuniões possam decorrer um tom mais amistoso, porque há muitas formas de dizer as coisas e aquilo que temos ouvido, não nos tem de facto, agradado.

Por outro lado, durante este mandato, por várias vezes, tem sido discutido nas Assembleias a questão das redes sociais e do que se publica, continuamos num tom do género, sendo que, parece-nos, em alguns casos, o paradigma até mudou ligeiramente, muitas vezes, até que de forma indireta somos acusados de querer palco, querer que as pessoas nos escutem, de querer tomar o lugar de outros. Nós não queremos palco, mais do que aquilo que nos é devido, mas ao contrário achamos que ouros, estão a ter de facto palco e temos duvidas da forma que o mesmo é utilizado, até porque estão a ter palco à custa do município nas expensas do município e, como é obvio, teremos na reunião de abril, teremos informação para averiguar em termos de valor, do que estamos a falar.

Mas, sobre a presença em palco, nomeadamente em órgão de comunicação social, assistimos também, no mês de fevereiro, a algumas declaraçõe do Senhor Presidente da Câmara, quer para o Médio Tejo, quer depois para a TVI, numa reportagem que lhe foi pedida e que ele obviamente concedeu, sobre a questão das vacinas, todos sabemos que as vacinas, todos gostaríamos que fosse de forma melhor, que houvesse mais vacinas, todos gostávamos que da parte das empresas farmacêuticas, cumprissem aquilo que

supostamente foi acordados, todos gostaríamos que a Comissão Europeia tivesse sido mais diligente nos contratos que assinou e o que é certo é as contingências que temos, o numero de vacinas que temos e todos temos ouvido falar e, vir dizer para a comunicação social, que em determinada altura só chegaram 102 vacinas, parece-nos, e eu tive essa experiencia com pessoas que me contactaram, não ajuda à serenidade que este período necessita, nomeadamente nos nossos munícipes e nas pessoas de maior idade, porque, é verdade que chegaram 102 vacinas, naquele lote, mas é verdade que naquele mesmo dia já tinha, sido vacinadas 7700 pessoas, na área do Médio Tejo, e destas, 60% já tinham tomado a segunda dose, e isto não foi referenciado nessa entrevista e o Senhor Presidente, seguramente tinha acesso a esta informação e, só para que fique claro, ninguém está contente com estes números como é obvio, mas no dia 17 de fevereiro chegaram ao Aces Médio Tejo, mais de 3 300 vacinas e no dia 20 chegaram mais 5 000 vacinas que serão ministradas, se tudo correr bem, até amanha sábado, ou seja, se tudo correr como é esperado, entre profissionais de saúde, profissionais das forças de segurança, bombeiros, idosos, profissionais das entidades de apoio aos nossos séniores, teremos 16500 pessoas vacinadas na área do Médio Tejo, portanto, isto excluindo os concelhos de Vila de Rei e da Sertã, porque as vacinas, em termos de vacinação, creio que estão incluídas num outro Aces.

Por outro lado, registamos com agrado o processo do orçamento participativo, em boa altura o Partido Socialista pelas mãos dos nossos vereadores, fez esta proposta e com a participação que foi verificada, foi possível que os munícipes apresentassem projetos, que fossem discutidos, e colocados a votação, e se obtivesse um projeto, vencedor, no ponto de vista que vais merecer apoio neste ano. Foi de facto uma proposta excelente, que já vai dar frutos em 2021."

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo" O Senhor deputado Adérito Garcia começou muito bem, referindo aquilo que tem acontecido ultimamente, nomeadamente até nas redes sociais, mas não é verdade aquilo que o Senhor deputado diz, em lado algum em momento algum, o Presidente da Câmara negou o acesso das atas aos Senhores Vereadores, volto a dizer e volto a pedir, se os senhores quiserem, a comunicação social deve ter a gravação dessa reunião, por favor oiçam a gravação, o que aconteceu foi, perante aquela pergunta, sabendo que estamos a falar de uma área reservada e alias, a intenção era saber porque é que as atas não estavam na página do município, e eu respondi porque é uma área reservada onde estão várias entidades lá envolvidas. Eu presido à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, mas há um conjunto

de entidades lá envolvidas, não é verdade, em momento algum eu disse que não, pelo contrario, disse aos senhores vereadores que no limite, eles que me dissessem qual era o assunto que queriam saber, se houvesse um assunto especifico, e eu, dar-lhes-ia conhecimento desse assunto especifico, também disse que poderia ter de, eventualmente, pedir autorização às outras entidades para disponibilizar as atas, por fim aquilo que eu disse foi, no limite e isto pode acontecer sem problema absolutamente algum, os senhores vereadores vêm ao meu gabinete, eu tenho cá as atas e consultam as atas no meu gabinete, no limite, por isso é bom que tenhamos boas intenções, mas lamento, está a faltar à verdade. Em momento algum eu neguei e de tal forma, que na última reunião de Câmara, numa declaração política dos Senhores vereadores, eu voltei a afirmar que já não há dúvidas absolutamente nenhumas e que vão ter acesso sem problema absolutamente algum, até porque nós, os 5 elementos do executivo camarário estamos sujeitos ao sigilo, não tenho duvidas nenhumas que os Senhores vereadores darão a melhor utilização às atas que eu lhes disponibilizo, por favor, vamos ser sérios, vamos falar verdade, eu nunca neguei o acesso das atas aos Senhores vereadores, tive dúvidas, sim, tive dúvidas porque estávamos a falar de documentos que têm outras entidades, documentos reservados mas no limite, volto a dizer, sugeri que os senhores viessem ao meu gabinete e consultassem perfeitamente à vontade, as atas.

Carta Educativa, senhor deputado não é verdade, que há um ano atrás, os senhores tenham pedido para cedermos a carta educativa, não foi, e sugiro que faça a consulta das atas, de memória é isto que eu tenho presente, agora o senhor com certeza que preparou esta reunião, há-de ter referencia de qual é a ata, qual é a reunião em que nos foi pedida a carta educativa. Na verdade, houve uma reunião onde foram pedidos esclarecimentos sobre a carta educativa e o vereador com o pelouro da educação deu esses esclarecimentos sobre a carta educativa por isso mais uma vez, lamento, mas o Senhor não tem razão, em momento algum, nós recusamos seja o que for, nunca o fiz em 12 anos que estou nesta vida, não é agora que eu vou fazer, nunca isto foi posto em causa pelos senhores, também estranho porque é que só agora estão a por tudo isto em causa. É fácil de comprovar tudo isto que eu estou a dizer.

Em relação às vacinas, eu em reunião de Câmara sou questionado pelos meus vereadores o processo das vacinas, e aí, claro que fui obrigado a explicar o processo das vacinas, agora o senhor, peço desculpa, mas está a fazer uma tremenda confusão sobre aquilo que foram as minhas palavras, até porque a questão das vacinas, tem momentos diferentes, aquilo que foi falado, das 102 vacinas, para as pessoas com mais de 85 anos ou com 50 ou mais,

mas com problemas de saúde, com problemas identificados de quatro tipologias específicas, de acordo com a norma de direção-geral de saúde, por isso, aquilo que eu disse foi, que na verdade as expectativas que estavam ser criadas, foram por água abaixo porque das 4000 vacinas que eram para vir, para o ACES do Médio Tejo, vieram 17 frascos que bem divididos dá um total de 102 vacinas, foi isso que eu disse, nunca de forma nenhuma, tentando criar aquele abismo, muito pelo contrário, é fácil os senhores irem aos canis de televisão e tentar recuar, aquilo que lá está e ver aquilo que foram as minhas palavras, muito pelo contrário, eu digo também, calma, não vieram mais, mas vêm a qualquer momento, também refiro nalgumas intervenções que fiz, que a culpa não era do governo português, nós não podemos fazer vacinas, nós não temos vacinas, digo que, provavelmente a culpa foi de quem negociou no âmbito da União Europeia porque pode haver, ou o negócio foi mal feito, ou houve incumprimento por parte das pessoas com quem a União Europeia negociou, não é verdade que em momento algum criei alarmismo, não, pelo contrário. Esta é a realidade, naquele momento e, aquilo que eu referi, foi ao planeamento, que é difícil planear, porque as pessoas perguntam, as pessoas telefonam para a Câmara, telefonam para o Presidente da Câmara, telefonam para o centro de saúde a perguntar, porque o que se faz na verdade é publicitação que as vacinas vêm aí, diz-se às pessoas que devem e, muito bem, tomar essas vacinas, diz-se às pessoas que as vacinas são fundamentais para ultrapassarmos esta pandemia mas depois no fim cria-se esta expectativa e infelizmente aquilo que acontece, mas volto a dizer, a culpa é eventualmente, do mau negócio que foi feito pela União Europeia, ou por incumprimento com quem a União Europeia fez o negocio, nunca em tempo algum, criei alarmismo.

Em relação ao Orçamento Participativo, o orçamento participativo está a correr muito bem, com normalidade, houve um vencedor, um bom vencedor, qualquer um deles seria um bom vencedor, agora mãos à obra, vamos executar este Orçamento Participativo."

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*Senhor Presidente da Câmara, foi em 4 de dezembro 2019 que o Senhor Vereador Carlos Duarte solicitou esclarecimentos sobre a atualização da carta educativa porque a carta que está publicada no site da Câmara, data de 2006 e portanto está mais que a requerer de atualização e foi nesse sentido que o Senhor Vereador pediu o esclarecimento, em dezembro de 2019 foram dados alguns esclarecimentos mas não na totalidade e por isso, na falta de resposta complementar, os vereadores entenderam por bem reformular o pedido, desta vez por escrito." tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "Aquilo que o Senhor*

deputado acabou de dizer, é muito diferente daquilo que disse na sua primeira intervenção, aquilo que disse na sua primeira intervenção é que tinha sido pedida a Carta Educativa, e lhes tinha sido negada, por isso é completamente diferente, na altura foram pedidos esclarecimentos e os esclarecimentos foram dados. Até ao momento não há alteração absolutamente alguma, em relação à Carta Educativa, não só no Sardoal, mas na esmagadora, se não na totalidade dos municípios do nosso país. No Médio Tejo, estamos à espera de novidades em termos legislativos para que possamos fazer a Carta Educativa."

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, referindo "*Quero dar os parabéns à Mesa, pela iniciativa, que foi em consonância com a sugestão da bancada do PS e este é mais um dos exemplos que há em consonância em que ela se verifica porque reportando-me aqui às palavras do Senhor deputado Adérito Garcia, é importante referir que também há lugar para a diferença das ideias, ela sempre existiu aqui na Assembleia Municipal, com respeito, com streaming ou sem streaming, a nossa posição deve ser exatamente a mesma e portanto eu acho que temos todos de assumir essas diferenças porque nos conhecemos, porque nos respeitamos e porque na Assembleia Municipal, porque nas reuniões de Câmara eu não estou, não há qualquer tom que justifique neste momento esse seu comentário, na minha opinião e, voltar a reiterar que aqui via streaming, é natural que continue a haver diferenças de opiniões, acho que é saudável para a democracia, que haja honestidade e o devido respeito por todos*." ----------

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Gostaria de fazer uma intervenção política final.*

Então volto a dizer, como começamos muito bem, começamos sempre com boas intenções, mas nem sempre as coisas correm como nós gostamos. Recentemente nas redes sociais foi fácil ver, de encontrar e eu tive contacto com essa realidade, através do Facebook do Senhor deputado Adérito Garcia, onde dizia, uma carta do Partido Socialista, não criticamos só por criticar, estamos apenas a fazer a nossa função da oposição, descortinar e avaliar, não queremos o protagonismo, só queremos o respeito que nos é devido como eleitos locais. Muito bem, com todo o respeito pela oposição, eu gostaria que a oposição apresentasse os problemas nos sítios certos, os assuntos nos locais certos, e era isso que eu estava à espera depois de ler esta publicação, na página do Senhor Adérito Garcia nas redes sociais. Nas redes sociais somos todos uns heróis, agora aqui, neste local, olhos nos olhos, as coisas são bem diferentes. Gostava de ter sido questionado sobre algumas afirmações que são feitas nessa publicação nas redes sociais. Gostava de ter sido questionado aqui, neste local, local próprio para as coisas serem feitas, olhos nos olhos. Por

exemplo os Senhores referem um conjunto de obras acabadas neste mandato contam-se pelos dedos de uma mão, qua do iniciamos este circulo autárquico o nosso compromisso foi, e é, para 12 anos, muito obra foi feita, material e imaterial, não vou aqui enumera-las todas, pois o número é muito mais extenso do que os senhores dizem, no entanto as nossas obras estão muito dependentes, como sempre dissemos, do aviso das candidaturas do quadro comunitário, que tem sido a um ritmo muito lento, é assim no nosso concelho, tem sido assim na nossa região, tem sido assim no nosso país, saiba Senhor deputado, que o concelho de Sardoal é o segundo Município com maior valor de investimento no pacto para o desenvolvimento e coesão territorial no Médio Tejo, só ultrapassado pelo município de Torres Novas. É certo que é uma boa fatia, para uma escola nova, que está bem visível, que muitos não acreditavam que fosse possível e que outros ainda achavam que era desnecessária para as nossas crianças e jovens, professores e todos os profissionais da área da educação. Estamos ao ritmo dos Fundos Comunitários, mas não é só. Permita-me que lhe recorde o investimento que foi feito na pavimentação do nosso concelho, desde que sou Presidente de Câmara e esta equipa que lidera os destinos do Concelho. "----------

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para fazer uma interpolação à Mesa, ao que o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que a mesma fosse feita por escrito para que não interrompesse e à qual responderia por escrito, dado que o Senhor Presidente tinha pedido a palavra e tinha direito à mesma. ----------

Referiu o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "*Peço desculpa ter interrompido o Senhor Presidente da Câmara, mas este período da ordem do dia é para os Senhores deputados colocarem questões, os assuntos que têm a apresentar e não para o Senhor presidente a pretexto de responder com uma intervenção política, falar de coisas que nem sequer foram faladas aqui, portanto, aprece-me que é desadequado*." ----------

Continuou o Senhor Presidente da Câmara, dizendo "*Como bom espírito democrático que tenho e parece que era isso que estava o Senhor Adérito Garcia a querer dizer no princípio, parece-me que posso continuar a falar. Aliás, aquilo que eu estou a fazer, é lamentar porque na verdade o Partido Socialista tem feito publicações nas redes sociais, mas nos sítios certos que é aqui nada disseram e eu estive à espera, dei sempre esta oportunidade aos senhores, para aqui, no sítio certo, para poderem ser satisfeitas aquilo que são as vossas questões, por isso não percebo, até agora ainda não incomodei ninguém nem espero vir a incomodar até ao fim, por isso, se me for permitido eu continuo, porque aquilo que eu estou a fazer, é esclarecer as dúvidas levantadas pelos senhores deputados, apesar*

de os senhores deputados não virem aqui fazer as perguntas, fizeram um conjunto de dúvidas nas redes sociais ou seja interpelaram através das redes sociais, o Presidente de Câmara, e agora o Presidente de Câmara esta neste local, a tentar esclarecer aquilo que aquilo que os senhores colocaram nas vossas redes sociais, por isso se me permitem vou continuar.

Estamos a um ritmo dos fundos comunitários, mas não é só, permita que recorde o investimento que foi feito na pavimentação do nosso concelho desde que sou presidente de câmara, Santiago de Montalegre, 355 mil euros, Casos Novos, 76 mil euros, Panascos, 458 mil euros, Valhascos, 158 mil euros, para breve faremos Cabeça das Mós, 348 mil euros, Entrevinhas, 67 mil euros e o Parque Industrial, 57 mil euros, obras feitas porque o município tem capacidade de endividamento, ao contrário do que um senhor deputado do partido socialista disse numa das ultimas Assembleias. Recordo que o trabalho pavimentação de Cabeça das Mós só pode ser feito depois das obras da Tejo Ambiente, no valor de 956 mil euros. Mais uma obra se quisermos, estejam atentos, tenho todo o gosto de lhes recordar.

Outra dúvida que os senhores têm e que tem a ver com., mas mais do que obras, há a necessidade de um foco do cuidado com o património histórico, arquitetónico, religioso e cultural muito rico, perfeitamente legitimo, esta dúvida dos senhores. Saiba senhor deputado que sobre esta matéria temos feito o trabalho de casa, estamos a terminar o processo de candidatura da Semana Santa a Património Imaterial Nacional, já terminamos a primeira fase do Centro de Interpretação da Semana Santa e do património com requalificação da Capela Nossa Senhora do Carmo, um investimento no valor global das duas fases superior a 250 mil euros. Já reparou por acaso como a capela ficou bonita, provavelmente não, porque o senhor se calhar também não anda tanto por aí como gostaria de andar. Para a segunda fase já apresentamos a candidatura, estamos a aguardar a sua a sua aprovação. Posso também falar do Externato Rainha Santa Isabel, pois saibam senhores deputados que submetemos a candidatura no dia 19 do 12 de 2018, ouviram bem, 2018, e foi aprovada no dia 2 do 2 de 2021 vai dizer que temos culpa ou que só vamos fazer a obra porque estamos em ano de eleições, como os senhores têm referido, pois bem, pode aqui verificar que não depende de nós essa vontade, estivemos mais de 2 anos à espera da aprovação da candidatura. Sem querer ser fastidioso, senhor deputado Adérito Garcia, porque foi no seu Facebook que eu li esta carta, senhoras e senhores deputados, posso falar também da Casa Grande ou dos Almeidas, será que os senhores repararam, o senhor reparou, que há sensivelmente um ano, tivemos a visita da senhora

Secretária de Estado do Turismo e do Senhor Presidente da Região de Turismo do Centro e alguns possíveis investidores, numa preocupação comum em encontrar uma solução para este imóvel, de elevado interesse histórico, estávamos e estamos no bom caminho, na procura de soluções, todos sabemos o impacto negativo que o Covid tem tido, muito em especial no turismo. Do património do município vamos tratando, mas há outro património de elevado interesse histórico e cultural que nos preocupa muito, mas é pertença de entidades privadas, seja a Misericórdia, a Igreja ou outros, o enquadramento legal que podemos dar, é na procura de uma solução financeira para a recuperação deste património, temo-lo feito mas que culpa temos nós, que a CCDR do Centro, da qual dependemos para os fundos comunitários tem blindado o acesso aos fundos para a recuperação do património que não fosse classificado nacional. Estou certo que no próximo quadro, este absurdo constrangimento será ultrapassado, mas não me canso de o dizer, como recentemente o fiz com a Diretora Regional de Cultura do Centro, assim como fiz em diversas vezes até já o fiz no Parlamento Europeu. Estamos de braços dados com estas entidades, queremos soluções, mas elas não dependem só de nós. Também é referido aspetos ligados à habitação, educação, comércio local e industria, sobre a habitação saiba senhor deputado, se não sabe é porque não acompanha devidamente o dia a dia do município, que apresentamos uma candidatura para recuperar os prédios da Tapada da Torre em 21 do 12 de 2017,o Covid fez com que, no aviso que estava previsto para 2020 não acontecesse, passando os fundos comunitários para este destino, para os apoios ao Covid, temos o trabalho de casa feito, aguardamos a reabertura do referido aviso, mas também vos digo, se esse aviso tardar, não teremos problemas alguns em o fazer, recorrendo à nossa capacidade de endividamento. Em relação à educação, não consigo entender a que se refere, certamente que já reparou que estamos a construir uma escola nova, certamente reparou que tivemos que deitar a mão uma valência que podia ter os seus dias contados, falo-vos da creche, não abandonamos as nossas crianças, não abandonamos os pais, as famílias, demos a resposta possível no tempo certo. Certamente já ouviram falar do projeto PEDIME, um projeto da Educação para a arte, no Experimenta Mais Ciência, na dinamização de atividades ludico-pedagogicas no jardim de infância, nos prémios de mérito, nas bolsas de estudo, no apoio à saúde oral dos nossos alunos, no apoio nas atividades de complemento educativo, de 5 € por cada aluno do primeiro ciclo por período, no Programa Miúdos Digitais, a escola virtual e muitos outros.

Em relação ao comércio local e indústria começo por dizer que temos um dos índices mais baixos do país, isto é, apoio, pois fiquem sabendo senhores deputados que há atratividade

no nosso concelho, de tal modo que muito recentemente foram adquiridos 3 lotes da zona industrial, sendo um deles para expansão de uma empresa já existente e dois para novas empresas se fixarem no nosso concelho. Permitam que vos recorde que apresentamos uma candidatura ao programa 2020 com a designação Parque de Negócios de Andreus, um investimento no valor de 970 mil euros, para aí se colocar um numero significativo de empresas que pode ultrapassar uma dezena. falo-vos em desenvolvimento económico e criação de postos de trabalho, mas há ainda a referir, que o município, de forma ininterrupta, está a apoiar o comércio, os restaurantes e a indústria, suportando os encargos mensais com o consumo da água e saneamento desde março, está quase a fazer um ano, todos os meses, ininterruptamente, no âmbito dos apoios Covid. Também é referido um dos serviços da Câmara a dar apoio efetivo, e atenção redobrada, aos que mais precisam de ajuda, em especial dos que não sabem como, ou têm vergonha, de a pedir, por ventura, senhor deputado e restantes deputados do Partido Socialista, se apoiamos muito ou pouco, os munícipes, não sabem, nem nunca perguntaram porque não querem saber a resposta, eventualmente portanto, assim, poderão falar da forma que entenderem, mas também não sabem porque nós não publicitamos, temos pudor em utilizar as redes sociais expondo a fragilidade dos outros, dos nossos concidadãos, a fragilidade dos que mais precisam. Lanço-lhe um desafio apresente-me um sardoalense que tenha justificadamente pedido o apoio à Câmara e que esse apoio tenha sido recusado, basta um, e os que não sabem ou têm vergonha de pedir, o Senhor conhece alguém, se conhece, é vossa obrigação encaminha-os para os serviços sociais do município ou dar-lhes o meu contacto, isto, não me parece que alguma vez tenha feito, não sei se conhece, se conhecer pode muito bem falar. Deixem-me que vos recorde no âmbito do apoio social, já ouviram falar no Programa abem, já ouviram falar da Loja Social, já ouviram falar nos apoios na alimentação em ambiente escolar, já ouviram falar no programa de apoio à natalidade, já ouviram falar no tele-cuidado, já ouviram falar na Universidade Sénior, já ouviram falar no cartão municipal do idoso e muitos mais, volto a frisar aqui a nossa comunicação é eficaz, porque não mostramos, não divulgamos, não queremos aproveitar-nos da desgraça alheia, sei que nem todos serão assim, mas nós somos. Também é referido e estaria à espera que esta pergunta fosse feita em sede própria, em Assembleia Municipal, mas não, cito "mas onde se gasta mais dinheiro nomeadamente em publicidade com comunicação social", Senhores deputados quanto é que a câmara gasta em publicidade com a comunicação social, o Senhor deputado Adérito Garcia certamente não saberá, mas não sabe porque não quer, porque estes dados estão na prestação de

contas e em junho de 2020 foi entregue um documento ao partido socialista onde constavam esses valores mas fiquemos a saber, 2017, 20317 euros, 2018, 21535 euros, 2019, 17058 euros, 2020, 14488 euros, será compreensível que tenhamos atividades, que tenhamos um festival de piano, que tenhamos umas festas do concelho, que tenhamos uma semana santa e que não divulguemos estas atividades, não divulguemos aquilo que nós no Sardoal fazemos de bem, como também atratividade para o desenvolvimento económico, para que as pessoas nos visitem nessa altura, e como é que esse trabalho é feito se não for com a ajuda da comunicação social, eu não consigo entender outra forma de o fazer. Também é referido, não defendemos que a obra não se faça, mas sim como foco condutor na liderança de quem comanda o nosso destino, em que a preocupação seja o Sardoal e não os interesses pessoais de alguns, cito. Senhores deputados, estamos perante uma acusação de enorme gravidade, tão grave, que eu tinha esperança que, no dever que os Senhores têm, como membros desta Assembleia, como órgão fiscalizador do trabalho da Câmara Municipal, a isso fizessem referencia neste local, nesta Assembleia, mas não, os senhores escudam-se por trás de um ecrã de um computador, à distancia de um clique, e dizem o que querem e o que lhe bem apetece. Exijo, perante todos aqui presentes, a quem esta a ouvir, que os Senhores concretizem esta afirmação, é um direito que todos nós temos o direito de saber, a quem e a que interesses pessoais os Senhores se referem, é uma acusação muito grave para que fique assim. Os Senhores referem estes interesses pessoais de alguns, eu quero saber quem são esses interesses pessoais. Fico-me por aqui, nem sequer me vou referir aos mimos que os senhores me têm brindado. Senhores deputados, sou recandidato para presidente da Câmara Municipal, de Sardoal, nas próximas eleições. Os Sardoalenses saberão dar valor ao que temos feito e não ao que os senhores dizem com base em meias verdades, em meias palavras, insinuações e mentiras. Senhores deputados, os Sardoalenses sabem com o que contam da nossa parte e se fosse caso, que sei que não vai ser, preferimos perder umas eleições do que a honra e a dignidade, porque em política não vale tudo.

Senhor Presidente, eu peço desculpa por esta minha intervenção, mas tem única e simplesmente um fim ajudar a esclarecer os senhores deputados, visto que estas questões foram levantadas, com todo direito nas redes sociais, mas não o fizeram em sede de Assembleia Municipal, mas como eu quero ver todas as pessoas esclarecidas, aproveitei este momento apesar de as perguntas não terem sido feitas, para poder esclarecer." --------

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia "*Como como todos saberão será sempre do meu interesse que todos os assuntos sejam esclarecidos nesta assembleia e quando nós,*

as redes sociais têm imensas vantagens, e são de facto uma forma muito importante hoje em dia de fazer política, inclusive, mas o confronto e a discussão, nos sítios certos será sempre a melhor forma de atingirmos os tais consensos e de chegarmos às verdades, portanto nunca eu vou aqui retirar a palavra a quem quer que seja, para expor a sua opinião, muito menos ao Presidente de Cambra que lidera este Município. Portanto tudo que seja para esclarecer, eu sou Presidente da Assembleia Municipal há 11 anos, nunca retirei a palavra aqui a ninguém, a não ser por situações extremas, portanto não era hoje que o iria fazer, os esclarecimentos são sempre bem-vindos e as perguntas também, aqui, de preferência." ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente, que referiu "*A minha intenção não era intervir, mas depois desta intervenção do Senhor Presidente, custa-me não dizer qualquer coisa. Foi com tristeza que assisti a esta intervenção, porque o Senhor Presidente aproveitou o palco que lhe deram e ele aproveitou-o bem para fazer a sua campanha, e fez muito bem a sua campanha, ficamos a saber que ele vai ser recandidato à câmara, não sabíamos, falou, disse muita coisa, mas os Sardoalenses também gostavam de saber de tudo, algumas coisas que ele disse, por exemplo, o talude que já há 2 anos está para levantar, falou no Externato Rainha Santa Isabel, diz que meteu o projeto em 2018, nós falarmos na campanha, desde 2017 que andamos a falar no Externato Rainha Santa Isabel, falou nos lotes, de 3 lotes, há 2 anos que andamos a falar, isso é que os Sardoalenses queriam que se fizesse no Sardoal, os caminhos do Sardoal daquela Praça é uma vergonha e alguma coisa que se fez, o que é que foi, foi feito empréstimos em cima de empréstimos, mais 20 anos, mais 20 anos, o milhão e tal de euros em empréstimos, isso os Sardoalenses também têm que saber, mas o Senhor Presidente é um, olhe, entre aspas e sem menosprezar é um "verdadeiro artista" e fico-me por aqui.*" ----------

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia, "O *que me apraz dizer é que, ainda bem que o Senhor interveio, já viu o que seria se o senhor não tivesse intervido, feito esta intervenção. O Senhor perguntou sobre o Externato, sobre o talude, sobre os lotes, sobre o comércio Sardoal e sobre os caminhos que diz que não estão bem. Vou dar oportunidade ao Senhor Presidente de responder, ainda bem que o senhor interveio, é isso que eu pretendo nesta assembleia, que o Senhor e os senhores deputados todos, façam as suas questões*." ---------

Tomou a palavra o Senhor presidente da Câmara referindo "*Eu começaria por dizer que nunca cometerei a indelicadeza de me referir às vossas atividades profissionais como os senhores continuadamente se referem à minha atividade de músico, eu sou músico com muita honra sou professor do quadro do Agrupamento de Escolas de Sardoal e no dia em*

que a minha atividade política terminar, eu tenho meu lugar da escola para voltar, por isso senhor deputado Rui Valente fica-lhe mal esta questão do verdadeiro artista, é precisamente aquilo que o senhor deputado Adérito Garcia e muito bem, disse, que não devia de ser feito nas nossas reuniões, nunca em momento algum os senhores terão o Presidente Miguel Borges, a referir-se às vossas atividades profissionais, não misturemos as coisas. Eu oiço muitas vezes, se eu quisesse palco, tê-lo-ia na minha atividade profissional, como sempre o tive, eu estou aqui para defender os interesses do concelho foi por isso que eu fui eleito, o poder não me caiu ao colo, o poder do Presidente de Câmara é um poder subjetivo, fui eleito com a minha equipa perante um programa, estamos a cumprir esse programa e vamos continuar a cumprir esse programa, agora, muito bem, era isto que eu estava à espera nesta Assembleia, era que os Senhores fizessem perguntas sobre o Sardoal, que os Senhores dessem a oportunidade ao Presidente de Câmara de serem esclarecidos naquilo que eu soubesse esclarecer, porque há coisas que se eu não souber esclarecer, também o histórico das nossas reuniões já demonstraram que eu quando não sei, digo não sei, vou tentar saber, responderei mais tarde, agora o Senhor fez uma pergunta em relação ao talude, tem toda a razão, é lamentável que uma situação destas demore tanto tempo, de certeza que ninguém acredita que um Presidente de Câmara goste de ver uma situação daquelas na entrada principal da Vila, mas se aquilo está assim por alguma razão é, posso-lhe dizer que já foi assinado o contrato, olhe foi hoje assinado o contrato da obra, porque estas coisas têm timings que não lembram a ninguém, primeiro, não foi fácil encontrar uma empresa que soubesse fazer e que tivesse disponibilidade para fazer um projeto de reabilitação daquela barreira primeiro demorou muito tempo, depois perante o projeto de a reabilitação daquela barreira, daquele talude, foi necessário contactar os proprietários e como sabem não é tarefa fácil encontrar proprietários no meio de muitos herdeiros, são sete prédios rústicos, não foi absolutamente nada fácil, conseguimos ultrapassar essa situação e depois claro, tivemos o processo do concurso que terminou recentemente, o contrato foi assinado hoje e agora os senhores da empresa, terão um determinado número de dias para começar a obra. Mas cabe na cabeça de alguém pensar que o Presidente de Câmara que passa ali todos os dias, gosta de ver aquilo assim e que nós não fazemos tudo, mas tudo o que esteve ao nosso alcance para que aquela obra fosse concluída, ou fosse começada ou que termine o mais rapidamente possível, é claro que não há nenhum presidente de câmara que pense de outra forma. O Senhor falou nisso, falou nos lotes, eu não sei a que lotes se está a referir, eu não percebi, não ouvi bem. Então são três lotes da zona industrial, como o senhor sabe nós

tivemos um processo, pra já nós tínhamos um regulamento muito antigo que não defendia aos dias de hoje, aquilo que são os interesses do nosso Município, como tal o que nós fizemos, a primeira coisa que nós fizemos foi, demos inicio a um processo do novo regulamento processo longo, até porque teve que haver um período de transição entre o regulamento anterior e o regulamento atual, ultrapassamos essa situação, tivemos a reversão de alguns lotes, porque as pessoas não fizeram nada lá, e naqueles que ate ao momento foi possível ou houve essa reversão e ficamos com pelo menos, um desses lotes, dois, salvo erro, disponíveis, e aquilo que aconteceu foi, no processo de candidatura que decorreu e os senhores certamente não estão recordados, mas foi um processo que *foi a reunião de Câmara, a abertura do procedimento, a abertura dos lotes, e cedemos recentemente durante o ano de 2020, 3 lotes para a instalação de empresas na zona industrial, houve um concurso onde e foram as empresas que ganharam, uma empresa, um lote é para uma empresa que já está instalada e que quer ampliar o seu espaço e dois outros lotes são para duas novas empresas que se vão fixar, julgo que uma delas, já está neste momento a construir o pavilhão. Mas o Senhor falou também em relação ao Externato, o senhor tem toda a razão todos nós sabemos, não há ninguém aqui presente que não lamente a situação do Externato estar como está, é verdade, mas o que é certo é que nós fizemos o nosso trabalho de casa e como disse nesta minha intervenção em dezembro de 2018 apresentamos a nossa candidatura ao Mais Centro e só agora no dia 2 deste mês, se não estou enganado, é que foi aprovada esta candidatura, mas também é importante que se diga alguma coisa, nós também não estivemos parados, porque entretanto aquilo que nós fizemos, foi, lançamos o concurso da empreitada, a meio do ano e em setembro ou outubro, houve uma empresa que venceu a empreitada para a reconstrução para a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, o processo também demorou mais tempo, fizemos um primeiro concurso que ficou deserto e como tal tivemos de fazer uma revisão ao projeto revisão de preços e depois fizemos um segundo concurso, nesse segundo concurso, por fim não tivemos um vencedor mas pusemos uma clausula lá no processo de concurso, foi que, a obra só avançada depois de garantido todos os instrumentos financeiros para a sua execução e o que é que nós estamos a fazer neste momento, é realmente a trabalhar nestes instrumentos financeiros, temos aqui uma dúvida porque há uma componente da obra que é, há o financiamento comunitário aprovado mas esse financiamento comunitário aprovado, é só uma fatia daquilo que é o investimento total, por isso a nossa dúvida é sobre o valor excecionado e o valor restante, fizemos essa pergunta ao Tribunal de Contas para saber como havemos de fazer o todo*

como podemos fazer estes instrumentos financeiros necessários para a execução desta obra e estamos a aguardar. Não depende de nós neste momento, há uma empresa que ganhou o processo de empreitada e que estamos a aguardar então para adjudicar a obra. Outra situação que o Senhor referiu tem a ver com os empréstimos, eu gostava que os senhores um dia me explicassem como é que é possível fazer como aquela que nós temos feito, eu não entendo, tão depressa dizem que é pouca obra feita, como a seguir dizer dizem que fazemos empréstimos para as obras, eu gostava que os senhores me explicassem um dia, como é que um município como o nosso, que tem poucas receitas próprias, por nossa opção, mas também nunca vi nenhum dos senhores a sugerir que se aumentassem receitas próprias, que se aumentasse por exemplo, as tabelas de taxas, os valores que estão nas Tabelas de Taxas, nunca vi os senhores a sugerir que se aumentasse o IMI, por isso aquilo que nós temos é receitas próprias muito baixas, se temos receitas próprias muito baixas, se nós temos capacidade de endividamento e se temos capacidade de endividamento, é porque temos contas certas porque senão não teríamos capacidade de endividamento, ora, esse endividamento existe para fazer obra, para dar ao concelho, para dar aos munícipes, para dar aos Sardoalenses os equipamentos e as infraestruturas fundamentais e necessárias para a qualidade de vida de todos eles, é isto que nós estamos a fazer, eu não consigo perceber como é que com os orçamentos que nós temos, som as receitas próprias que nós temos, com as transferências do Estado como é que nós faríamos. Repare, quinze por cento de algumas das nossas obras é muito dinheiro, quinze por cento de uma obra da escola é muito dinheiro, quinze por cento de muitas pequenas obras apesar de financiadas pela Comunidade, é muito dinheiro, mas além dos fundos comunitários, e porque nós sabemos que há mais mundo para além dos fundos comunitários, nós todos os anos temos feito um conjunto de obras nomeadamente no campo da pavimentação em muitas freguesias e lugares do nosso concelho, todos os anos temos feito esta obra Conforme eu disse e foi esta minha intenção, ao ler este documento, foi explicar aos senhores deputados tudo isto. Mas também, deixe-me que lhe diga uma coisa, eu sou Presidente de Câmara há 7 anos, há 7 anos e pouco temos estado a pagar dívida feita com 20 anos e mais, quem terminou de pagar as dividas do Centro Cultural, dos prédios da Tapada da Torre, da piscina, da Barragem da Lapa, fomos nós, é assim, as coisas são assim, o mundo não para e as obras não param, só porque não temos receitas próprias para fazer esses investimentos. Eu tenho a certeza absoluta que se nós não fizéssemos esses empréstimos, para fazer esses investimentos os senhores estariam aqui a criticar-nos precisamente por isso, tinham capacidade de endividamento porque é que

não a utilizaram, se os senhores o tivessem eu concordaria completamente convosco, agora, volto a referir, se há capacidade de endividamento é porque há contas certas, porque há credibilidade no Tribunal de Contas e existindo essa credibilidade, existindo essa capacidade de endividamento ela é posta à disposição dos Sardoalenses, com equipamentos, com infraestruturas fundamentais." ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo "*Um esclarecimento, relativamente ao Externato Rainha Santa Isabel, o Senhor Presidente foi questionado à relativamente pouco tempo, quanto ao espólio daquele colégio, e foi dito que não sabia porque aquilo não tinha sido no mandato dele, foi no mandato anterior. Eu quero dizer-lhe que ainda recentemente, há cerca de um ano, me foi entregue por uma pessoa, ligada ao município, um envelope com várias fotografias de antigos alunos, que foram tirados do externato, por conseguinte, há um ano, um ano e meio ainda havia espólio dentro daquele colégio, se quiser posso fazer chegar, o envelope com algumas fotografias de antigos alunos*." ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo "*Aquilo que eu disse foi que não há referencia absolutamente alguma no município em relação ao espólio do Externato Rainha Santa Isabel, foi aquilo que eu disse, e não há, mas deixe-me que lhe diga que nós estamos a falar de um espólio, ou estamos a falar de um externato que deixou de ser naquele local, em 1973, ou seja, os Senhores andam à procura de um espólio de uma entidade privada com toda a dignidade e como todo o mérito que esta entidade teve no nosso concelho é de louvar o trabalho feito, mas uma coisa é certa, o Externato Rainha Santa Isabel deixou de o ser no local que nós hoje sabemos e referimos a questão das suas obras, em 1973 precisamente quando houve uma reforma do ministro de então, Veiga Simão, a reforma obrigava a que a escolaridade obrigatória passasse da quarta classe para o segundo ano do ciclo, com esta obrigatoriedade da reforma educativa de 1973, da escolaridade obrigatória passar escolaridade obrigatória passasse da quarta classe para o segundo ano do ciclo, o estado de então em 1973, achou por bem ficar com aquele edifício para aí instalar uma escola publica, e a escola publica que ai foi instalada foi uma secção da escola D. Miguel de Almeida, de Abrantes, 1973. Posso-lhe dizer que a doutora Maria Judite com todo o mérito que ela tinha, enorme, e muitos Sardoalenses devem o Sardoal deve bastante, não satisfeita com tudo isto procurou outro espaço para fazer o 3º*, 4º e 5º ano do liceu da altura, e este 3, 4 e 5 ano, foi instalado no local ou perto de *onde seria a casa do povo imagino que é hoje o local dos Getas, não tenho a certeza, mas em 1980 também o 3º 4º e 5º ano do Liceu foi anexado pelo polo da D. Miguel de Almeida e*

passou todo ele a funcionar no sítio do Externato que hoje conhecemos como tal. Por isso andar à procura, ouça, esse espólio, quem era dono do espólio era os donos do externato agora o que é que eles lhe fizeram, foi há 40 anos uma parte e há 47 anos outra parte. Aquilo que eu disse e foi só isto que eu disse, nada mais é que não há referência no Município do espólio absolutamente algum, no entanto o Senhor diz aí qualquer coisa que é importante averiguarmos, ou então perceber o que é que o senhor quer dizer com isso quando diz que recebeu um envelope de um funcionário do município com fotografias do colégio o que é que o senhor quer dizer com isso, eu não faço ideia, não faço a mais pequena ideia daquilo que o senhor está a referir, mas mais uma vez era muito importante que o senhor referisse, pode não ser aqui se assim o entender, mas era muito importante que me fizesse chegar, saber quem foi o funcionário do município que lhe deu um envelope com fotografias e de quem eram essas fotografias também, porque estas coisas têm de ficar claras, claras como água, nós não podemos vir para aqui com meias palavras, eu acredito que o Senhor não o queira fazer aqui publicamente Mas agradeço que me faça chegar até por direito desse funcionário eventualmente se poder justificar porque é que tinha um envelope com fotografias do antigo colégio, e que as deu ao Senhor, eu não faço a mais pequena ideia ao que é que o senhor se está a referir, mas gostaria de saber."--------

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*Queria só te facto referir que a intervenção do Presidente dirigida a mim se refere exatamente a uma partilha de algo, que sou eu que escrevo, mas era uma um texto digamos político, não tem nada a ver com isto, mas pronto muito bem, Senhor Presidente, fez o seu papel e pessoalmente fico lisonjeado de saber de saber que sob o ponto de vista político o PSD entende que poderei ser um alvo a abater, portanto boa sorte. Em relação ao Externato, deixe-me só complementar que de facto contrariamente aquilo que o senhor presidente diz, nem tudo o que podia ser feito foi feito, e há mais de 10 anos que o PS tem avisado ou tem chamado a atenção em diversas reuniões, sobre várias formas para o estado de degradação que aquele Edifício se encontrava e nem sequer houve capacidade ou vontade, o que lhe quisermos chamar, é pouco importante, mas nem sequer foi possível repor vidros, repor janelas, para garantir que não houvesse vandalismo, não houvesse entrada de humidades, entre outras coisas. Em relação aos custos da imprensa, eu não fiz a questão porque como referi, em abril teremos a informação concreta, no entanto a informação que temos é que ainda de há poucos meses a esta parte o município está a pagar um valor mensal, na ordem dos 500 euros, a um grupo de imprensa regional, e que paga este valor que é público, sobre esta questão da imprensa, em abril seguramente teremos os dados porque*

infelizmente na ultima reunião os mapas financeiros que vinham com a informação nem sequer estavam localizados." ----------

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos para referir "*Eu não compreendo muito bem porque é que neste caso o deputado Adérito Garcia, em nome do PS, chama post político, como é que distingue o político, ali da questão do Facebook, porque nós os políticos, qualquer um dos que estão aqui nesta assembleia, somos detentores de Cargos públicos para todos os efeitos são os eleitos pelos cidadãos, pela confiança que eles têm em nós, pela confiança na política que nós fazemos e nós não podemos continuar a permitir, via Facebook, ou via stream, ou seja o que for, mas sobretudo no Facebook que se ponha em causa essa confiança, à custa daquilo que às vezes parece, perdoem-me a expressão, uma boca, nós não estamos aqui para funcionar dessa maneira, por isso é que eu acho que acabou por se prolongar este momento, mas bem, porque dá para esclarecer aqui uma série de posturas políticas que nós temos aqui dentro desta assembleia e já há muito tempo que é claro, pelo menos a postura da bancada do PSD, do grupo do PSD não é essa, e a do próprio executivo também não, as pessoas que estão ocupadas em fazer obra na sua comunidade nem sempre podem estar atentas aos posts do Facebook embora Devam estar e devam de esclarecer como foi feito hoje, no entanto isso do Facebook feito assim na minha opinião e é só a minha opinião, não é política, por isso é aquilo que nós fazemos aqui, olhos nos olhos sempre que aqui estamos a dizer que trabalhamos para a causa pública*." ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo "*O que eu mais gostaria que tivesse acontecido, era eu não ter tido a necessidade de ler este documento que eu li, isso seria sinal que o partido socialista teria feito as perguntas concretas, no sítio certo em vez de posts no Facebook porque aqui é que as coisas são ditas, são feitas, olhos nos olhos, eu gosto muito da política de olhos nos olhos, seja em que palco, mas também há uma coisa, o Senhor deputado Adérito Garcia disse, há 10 anos falamos, eu ouvi dizer, ouvimos dizer isto ouvimos dizer aquilo, o que é isto em política, há 10 anos, será, claro todos nós sabemos há muito tempo que o externato não está em condições, nós até tentamos várias soluções, fizemos várias tentativas, umas ficaram pelo caminho, outras foram mais difíceis, até que a determinada altura, tivemos de tomar uma decisão e pensar, o caminho vai ser este, e agora é uma realidade, e é isto que interessa, agora não podia ser há 10 anos, porque há 10 anos não havia financiamento, nós estamos a falar destas obras de recuperação do externato estamos a falar de um milhão de euros, uma obra destas sem recurso a fundos comunitários e hipotecaria qualquer tipo de obra que nós quiséssemos*

fazer, qual era a estrada que nós deixaríamos de fazer, seria Panascos, seria Casos Novos, seria Santiago de Montalegre, é uma questão de opções, percebo, estou-lhe a dizer isto com toda a sinceridade, é respeitável que as opções fossem outras, mas estas foram as nossas opções e que são perfeitamente criticáveis, nada contra, se fossemos todos da mesma opinião se remássemos todos para o mesmo lado, isto seria uma tremenda chatice e garanto que o concelho não evoluía, o concelho evolui, por pensamentos diferentes, porque temos ideias diferentes mesmo nós dentro do mesmo partido temos muitas ideias diferentes e antes de chegar a uma conclusão também o discutimos muito e nem sempre aquilo que é minha opinião ganha, outras vezes ganham opiniões de outros, mas o que é certo é que, deixa de ser a opinião de A ou B e passa a ser o pensamento que todos nós decidimos depois de uma grande discussão e, isto é que é a democracia, é perfeitamente saudável, perdoem-me as expressão, eu aguento, tragam as dúvidas que quiserem as perguntas que quiserem mas aqui, olhos nos olhos, eu não vou responder no Facebook mas responderei a todas as dúvidas a todas as perguntas não só aqui como nas reuniões de Câmara." ----------

Ordem do Dia

1.Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Em relação às nossas atividades se os Senhores deputados tiverem alguma dúvida terei todo o gosto em esclarecer. Em, relação à parte orçamental há na verdade um aumento da divida no valor de duzentos e noventa e poucos mil euros, mas também é importante que os senhores saibam que nós temos, por receber, um valor que deverá andar à volta de um milhão de euros, por isso, entre o deve e o haver, nós temos claramente a haver do que a dever, mas pronto é mesmo assim e não é critica absolutamente nenhuma, é normal nesta questão do quadro comunitário nesta questão, porque nós temos que adiantar o dinheiro, temos que fazer os pagamentos, temos de submeter os pedidos de pagamento, e só depois então é que somos ressarcidos desse dinheiro, está tudo perfeitamente equilibrado, não direi equilibrado, o risco que aqui corremos nestas nossas contas, como já disse por diversas vezes, é um risco perfeitamente calculado, nós sabíamos como é que poderíamos fazer as coisas de outra forma, volto a dizer, a forma de fazer as coisas de modo a não apresentar as contas como nós estamos a apresentar, era simples, era não fazer obra, mas entre não fazer obra e ter o crédito para as fazer, nós optamos por utilizar esse crédito e, fazer obra, porque como digo, é fundamental, é importante para o Sardoal e para os*

Sardoalenses. Terei todo o gosto em responder às perguntas que os Senhores assim entendam, quero dizer-vos que, pormenores técnicos, eu terei de responder e respondo às questões políticas aquilo, aquilo que são as nossas opções políticas, questões técnicas que os Senhores queiram, tenho comigo, o Dr. Nelson, Chefe de Divisão Financeira, que poderá ajudar a esclarecer. Eu não quero é que nenhum dos senhores deputados saiam daqui com qualquer dúvida, sobre qualquer matéria." ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo *"Uma observação e uma questão, uma observação, tem que ver com o que se passou na última reunião na última sessão da Assembleia, recebemos esta informação com os dados financeiros atualizados em outubro salvo erro, na altura foi pedido que fosse reenviado a informação atualizada, e de facto não foi recebido essa informação, na altura estava o Senhor Vice- Presidente, o Senhor Presidente estava de baixa médica e creio que estava o chefe dos serviços da área financeira. Em relação à questão, tem a ver com o processo contra o IFADAP, queria saber se temos mais evoluções, qual é ponto da situação*." ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo "*É uma ata extensa, não tenho ideia de ter encontrado essa referencia na ata, mas estamos sempre a tempo e julgo que tecnicamente é possível de lhe darmos mais pormenores em relação ao ponto anterior. Mas também é importante, o mês só fecha 40 dias depois da data do mês, atenção, por isso o mês não fecha a 31 de outubro, mas fecha sempre 40 dias depois dessa data. É uma questão contabilística que eu às vezes até evito entrar por aí porque realmente não é este o meu palco, nem quero dar música de maneira nenhuma muito menos música com contas, Senhor deputado Adérito, nunca o faria, porque o Senhor de certeza absoluta, está muito mais à vontade do que eu. Em relação ao processo jurídico do IFADAP, estamos a aguardar a decisão foi, uma reclamação que nós fizemos de um valor que nos era cobrado e que nós achamos indevidamente, está em tribunal administrativo a aguardar que haja uma solução. Até ao momento não temos resposta absolutamente alguma, nem há desenvolvimento absolutamente algum sobre esta matéria. Nós achamos que temos direito a estes cerca de 70 mil euros que o IFADAP não nos quer dar.* " ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo "*Só para clarificar, porque o Senhor Presidente da Câmara não estava na reunião por motivos que já falei, mas o Senhor vice-presidente depois poderá ajudar a clarificar, e o seu chefe de divisão também recorda seguramente, os dados a que me refiro são os dados fazem parte da informação do Presidente, dados financeiros, tem a ver com as dívidas, com a execução, tudo isso, que são atualizados dentro do possível até o mais próximo possível da reunião como acontece*

com esta reunião que temos os dados, o que aconteceu foi que, na reunião de dezembro esses dados estavam atualizados, não estavam, reportavam-se a outubro, quando se deviam ter reportado a meados de dezembro, uma vez que estávamos em finais de dezembro, foi essa questão que na altura foi colocada, foi pedido para que fosse em tempo útil atualizado e reenviado, não foi, hoje em dia, agora também sinceramente, já não vale a pena, porque já temos dados mais atualizados na informação que agora recebemos, mas é só para que fique registado efetivamente que foi pedido essa informação, foi tomado nota creio eu, pelo Senhor vice-presidente e pelo seu chefe divisão que estiveram presentes, o Senhor Vice-Presidente para representar o município e o Chefe de divisão a colaborar naquilo que é sua função e os seus conhecimentos e o que é certo é que passado este tempo não recebemos, não há necessidade voltar a enviar porque já temos informação mais atualizada." ----------

2.Análise da situação atual da Tejo Ambiente;

Esteve presente o Senhor Engenheiro José Santos, do Conselho de Administração da empresa Tejo Ambiente, para responder a algumas questões e prestar informações sobre o funcionamento da empresa. ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou o seguinte ao Senhor Engenheiro José Santos "Se *estão neste momento ultrapassados os problemas e as entropias que criaram alguma confusão sobretudo na leitura das quantidades de agua consumidas pelos clientes na Tejo Ambiente, nos diversos concelhos onde a Tejo Ambiente está implantada."* ----------

Tomou a palavra o Senhor Engenheiro José Santos que referiu *"Agradecer antes de mais a oportunidade que é dada à Tejo Ambiente para aqui, neste fórum, prestar os esclarecimentos que forem necessários. Estou completamente disponível para responder às perguntas se não souber, tomarei nota comprometendo-me obviamente a responder logo que possível e neste caso concreto e respondendo à sua pergunta, senhor presidente, Eu diria se me permite, fazer um bocadinho uma retrospetiva. A Tejo Ambiente no Sardoal, começou a sua atividade a 1 de junho do ano passado, de facto, o primeiro mês, o mês de junho o grande objetivo era fazer-se a migração da base de dados dos clientes digamos, do município de Sardoal, para a Tejo Ambiente e a partir do mês 7, mês de julho começarmos a efetuar leituras a cada 2 meses, este era o objetivo. Clarificar caso haja esta eventual dúvida, os procedimentos da Tejo Ambiente, diria que são exatamente os mesmos que os de um Município, estamos obrigados ao código da contratação pública quer isto dizer que, efetuamos um procedimento e lançamos a concurso, a contratação do serviço de recolha de leituras. Correu mal, porque a empresa que foi contratada, no mês 7,*

mês 8 e eu diria mês 9, não efetuou na íntegra aquilo que era expectável, isto é, fomos detetando anomalias nas recolhas de leituras e isto quer dizer o quê, que, com as reclamações, foi possível perceber que havia leituras que não correspondiam à verdade, de imediato fomos tentando com esta empresa, corrigir a anomalia, não foi possível, a empresa pese embora, prometendo inverter esta tendência, não o fez, isto é, no mês 10 continuamos com os mesmos problemas e avançamos com a rescisão do contrato. Processos administrativos complexos, mas conseguimo-lo fazer de forma a encerrar um mau arranque. Estamos cá para dar a cara neste processo de recolha de leitores. Simultaneamente iniciamos um novo procedimento e iniciamos em janeiro com uma nova empresa, o processo de recolha de leituras, diria que, globalmente falando começamos a recuperar, eu diria, aquilo que é o tempo perdido de leituras efetivamente reais, contudo no mês de janeiro temos o registo de cerca de 151 clientes nossos, portanto, munícipes do Sardoal, a quem nós tivemos que proceder a estimativas, isto é, dizer que o Sardoal tem cerca de 2000,, eu dou o número correto 2570 contratos ativos no serviço público de abastecimento de água, e destes 2570 nós sentimos a necessidade de ainda em janeiro de efetuar 151 estimativas. No mês dois, fevereiro, mês que agora encerra, as coisas começaram a normalizar-se e dizer-vos que a partir do mês 3, mês de março, o objetivo é efetuarem-se leituras mensais durante o ano de 2021, até ao final do ano iremos efetuar sistematicamente leituras mensais, só recorreremos às estimativas, se formos obrigados, por algum motivo em particular, mas não é o principal objetivo, o principal objetivo é efetuar leituras mensais e faturar aquilo que for efetivamente consumido. Dizer-vos também que estamos cá para assumir as virtudes e obviamente as dificuldades. Num processo destes, com esta complexidade intermunicipal, eu diria que podemos assemelhar esta empresa a um Município com 1500 quilómetros quadrados de área, 77 mil clientes e 110 mil habitantes a servir, é um desafio interessantíssimo, mas que ali e acolá, obviamente traz alguma dificuldade de início da operação. O grande objetivo aqui, é normalizar tão rapidamente quanto possível, sempre e quando erramos, estamos cá para se for assim provado, assumirmos o erro, corrigirmos e devolvemos a verdade à fatura. Não deixa de ser também relevante e eu em nome da Tejo Ambiente, solicito isto, é que efetivamente as reclamações sejam feitas na Tejo Ambiente ou direcionadas à Tejo Ambiente, ou no cúmulo, peço autorização ao Senhor Presidente da Câmara, no cúmulo, via Município, isto para dizer o quê, pese embora seja para nós relevante, basta haver uma reclamação, para nós é algo que obriga obviamente atenção extrema, mas nós não poderemos considerar uma reclamação algo que possa resultar de uma insatisfação

exposta numa rede social, seja ela qual for e que essa insatisfação não seja registada por uma qualquer via junto da Tejo Ambiente. Para nós é importante se o utilizador, se o município, sentir-se com razão, tiver a certeza de que algo não está bem com o serviço que lhe é prestado, agradecemos que no-lo façam chegar, para nós podermos analisar e corrigir se for o caso." ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*Quando fomos confrontados por alguns munícipes com as questões das faturas que na grande generalidade o Senhor engenheiro já frisou, nós demos a indicação que deviam de se dirigir à loja da Tejo Ambiente no Sardoal, para apresentar as questões, para que a empresa as pudesse resolver, mas não obstante isso, de facto, houve* quem preferisse, fazê-*lo por outras vias achando que de alguma forma iria causar algum impacto e obter alguma resposta, pela nossa parte tentamos que as pessoas de facto usassem a via oficial para que tivéssemos esclarecimentos. De facto, as questões que foram colocadas tinham muito que ver com a faturação com os valores que estavam, os metros cúbicos, neste caso, que estavam faturados, mais recentemente e partindo do pressuposto que com a questão das leituras menos bem conseguidas vamos dizer assim para já, vamos acreditar que essa questão fique ultrapassada, mas mais recentemente tivemos relatos de faturas com 15 dias de diferença umas das outras o que também não me parece adequado ainda para mais porque nalguns casos e é pena que eu não tenha cá os documentos que possa mostrar, mas em alguns casos não foi feito o devido ajuste depois para os escalões em relação ao período de 30 dias, que é o período a que dizem respeito Porque também houve faturas com algum período a mais que os 30 dias e que esse ajuste de facto não foi feito e, basta que uma pessoa tenha consumido 6 metros cúbicos mas que não tenha sido em 30 dias, tenha sido em 35 em 40 dias e se calhar já ficava no escalão até aos 5 metros cúbicos, e não iria pagar o metro pelo escalão acima, sinceramente confesso que não tenho aqui bem presente os limites dos escalões, mas serve de exemplo. Por outro lado há uma outra questão que que é preciso falar, que nos tem chegado, fazer esta questão e aliás é uma recomendação inclusive da Ersar, sobre a apreciação ao tarifário para 2021 que tem a ver com limpeza das fossas sética, é preciso de facto rever este procedimento, é preciso rever os custos, é preciso saber o número de utilizações, digamos assim, de créditos, que cada consumidor possa beneficiar, porque as fossas que existem que são em zonas que não estão cobertas por esgotos, por resíduos urbanos, e não terão dimensão para aguentar um ano de consumo, é preciso que a Tejo Ambiente, enquanto operador neste momento em funções, que possa rever a possibilidade e os custos imputados ao*

consumidor para utilização deste serviço, uma vez que nestes casos, estas pessoas também pagam as restantes taxas, é preciso ter isso em consideração. Ainda sobre a atualização de preços, verifiquei o documento que a Tejo Ambiente nos fez chegar via Câmara Municipal, e de facto a Ersar acabou por fazer uma retificação à proposta que tinha sido apresentada e em vez dos 5% de aumento, passamos para 2.72, o Senhor Engenheiro depois fará o favor de confirmar se é isso que tivermos e se esta a ser aplicado, porque efetivamente a Ersar detetou, não vamos entrar aqui em detalhes, mas havia um dos fornecedores que não estava a ser honesto com os preços que estava a praticar ou a forma como estava a fazer, parece-me que a Ersar por si só vai desencadear um processo de correção junto desse operador. Por fim daquilo que eu estive também a estudar, das recomendações da Ersar eu julgo que a Tejo Ambiente deverá, é uma sugestão, o senhor engenheiro depois analisará junto de quem de direito, mas eu acho que existe um problema de léxico, com a definição dos escalões, os escalões se bem me recordo o primeiro escalão é do 0 aos 5m e o segundo escalão é dos 6 aos 15, a questão que coloco é que, entre os 5 e os 6, há agua, há consumo, e o tarifário tal qual ele está escrito, por é que eu digo que é uma questão de léxico, não tem preço para o consumo entre os 5 e os 6, nos restantes intervalos e nos restantes serviços que são cobrados na fatura, o pode criar aqui algum problema e existe uma recomendação da Ersar sobre esta matéria, esta questão não é exclusiva da Tejo Ambiente, aliás eu diria que é um problema do país todo, naqueles que eu que eu procurei ver todos têm o tarifário do mesmo género, mas há que criar, incluir ali, os maiores, os menores e os iguais, porque caso contrário, neste momento, qualquer consumidor que assim o pretenda pode exigir que a Tejo Ambiente devolva os valores faturados no intervalo dos escalões, porque efetivamente existe uma brecha que não tem preço atribuído, não tem preço aprovado, isto é uma sugestão porque estamos cá também nestas coisas para melhorar, vamos esperar que este projeto possa ser ganhador, porque só com escala é que os nossos munícipes podem ser melhor servidos. Em relação aos preços, à variação de preços no início, quando este projeto nos foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara havia uma expectativa e uma promessa que o Senhor Presidente da Câmara na altura nos tinha feito, acredito que na sua, naquilo que ele também acreditava que tinha a ver com a variação de preços que seria pelo valor da inflação e o que é certo é que o valor, a proposta que nos foi apresentada pela Tejo Ambiente, para apreciação em Assembleia Municipal, trazia um valor substancialmente diferente do valor da inflação e isso levou a que de facto eu tivesse analisado a informação mais em detalhe, não vamos aqui entrar em pormenores, o Senhor Engenheiro já enviou

as explicações, algumas eu percebo e aceito, outras não me considero satisfeito com a explicação, mas também não é o momento para o fazermos nem para o discutirmos, porque neste momento estamos aqui é para que de facto, os Sardoalenses possam perceber o que é que a Tejo Ambiente está a fazer para que as próximas faturas estejam certas, sejam faturas mensais, que a aplicação dos tarifários, seja ponderado para 30 dias mesmo que sejam referentes a períodos mais alargados ou mais curtos e que as pessoas possam solicitar o serviço de limpeza de fossas sempre que entenderem necessário. Só mais uma chamada de atenção, tem a ver com os tarifários para as chamadas famílias numerosas e aquilo que eu percebi do parecer da Ersar, havia também alguma referência a esse esse fator que deveria merecer de acordo com recomendações anteriores, uma melhor análise da Tejo Ambiente, não sei se o Senhor Engenheiro, entretanto se tem alguma informação que nos possa dar, isto tem a ver com as famílias que têm 5 ou mais pessoas, existem vários escalões, foi aquilo que eu percebi. Eram estas as questões que lhe deixava por agora." ----------

Tomou a palavra o Senhor Engenheiro que referiu "*Obrigado pelas perguntas eu julgo que consegui tomar nota delas todas, e vou tentar responder por ordem. Em termos da faturação é verdade nós temos um número de cerca de 200 clientes nossos que tiveram faturas com um período de faturação menor igual a 17 dias, mas, e não sendo este o objetivo, até para tornar as coisas mais simples de entender em termos da leitura de uma fatura, mas deixem-me aproveitar a oportunidade para explicar o processo de faturação. Os escalões que estão definidos pelas várias tipologias de faturas, têm por base um período de faturação correspondente a 30 dias, é o chamado princípio faturação ao dia, os escalões são desenhados para 30 dias, quer dizer que a leitura que se faz de uma fatura ou de um conjunto de faturas emitidas pela Tejo Ambiente, deve ser feita neste sentido, num período de 365 dias, correspondente a um ano ou 12 meses, tem que ser faturado a cada utilizador que seja nosso cliente no dia 1 de janeiro daquele ano e simultaneamente no dia 31 de dezembro do mesmo ano, temos que ir a um conjunto de faturas, de preferência 12 faturas, que tenha contemplado 365 dias de tarifa fixa e, obviamente, o volume de água consumido por aquele utilizador, durante este período de 365 dias. Isto quer dizer o quê, não sendo o objetivo a ter para promover a simplificação de leitura, mas, o cliente que tenha, e nestes casos concretos estávamos a falar, em que um determinado cliente tenha uma fatura de 17 dias, quer dizer que vai pagar 17 dias de tarifa fixa e o consumo equivalente a 17 dias num determinado escalão, que neste caso, uma vez que de 0 a 5 corresponde a 30 dias, então 17 dias que é sensivelmente metade do mês, estará o*

consumo incluído num escalão de 0 a 2 virgula qualquer coisa metros cúbicos, isto para dizer que os escalões são sistematicamente adaptados ao período de leitura. É óbvio que o grande objetivo da Tejo Ambiente, em que as faturas saiam com leituras reais, em períodos de 30 dias, no entanto dado que o processo de recolha de leituras atual e sinceramente, nos próximos anos é manual, não nos é de todo possível garantir faturar sempre com 30 dias poderemos faturar com 28, com 32, este é o objetivo, por aqui, é óbvio que, a acontecer o grande o Nosso, estamos afincados, em normalizar este período de faturação mas, se porventura um determinado cliente verificar que a sua fatura não está nestes termos que eu expliquei, agradeço que nos contacte porque se assim for, corrigiremos e obviamente faremos a devolução daquilo que for, do cálculo depois de efetuarmos a respetiva leitura e correção da situação, mas portanto, o grande princípio é faturação com períodos de 30 dias, pode acontecer mais curto pode acontecer mais largo, esse período sendo que os escalões adaptam-se a este período e com isto procura-se em nada prejudicar o consumidor. Relativamente à questão das fossas, é verdade, o comentário que a entidade reguladora fez no seu parecer, de facto a Tejo Ambiente já praticava desde o início esse detalhe, a lacuna estava, era que no tarifário que nós publicitamos não tinha essa observação que é a seguinte, a Tejo Ambiente, tem no seu modelo financeiro contemplado o dever de efetuar até dois despejos de fossas por ano a todos aqueles munícipes que o requeiram mas que não tenham a rede de saneamento disponível e isso quer dizer o quê, quer dizer a entidade gestora, Tejo Ambiente, deve satisfazer os pedidos dos munícipes para despejar a fossa até duas vezes por ano e aqui nada cobrará, desde que a rede não esteja disponível, nos outros casos não é assim, estando a rede disponível e tecnicamente possível o munícipe deve estar ligado à infraestrutura, se não for assim, pagará a solicitação de recolha do influente da fossa, mas este é o princípio, se nos solicitarem, nós efetuaremos recolhas, damos um número peço desculpa, não concretamente para o Sardoal, mas da Tejo Ambiente damos um número que é relevante, a Tejo Ambiente efetuou cerca de 1.600 despejos de fossa no perímetro da Tejo Ambiente, em 2020 isto correspondeu a 18% acima do valor que, se somássemos as atividades prestadas pelos respetivos municípios em 2019 efetuaram, isto é, comparativamente ao perímetro da população a Tejo Ambiente porque oferece mais dois despejos de fossa gratuitos a quem não tenha rede de saneamento a Tejo Ambiente efetuou mais 18% do que a soma dos despejos de fossa efetuados por cada um dos municípios que a constituem, isto quer dizer que, para o mesmo perímetro aumentamos a nossa atividade, aumentamos a nossa prestação de serviço gratuita porque efetivamente

até essas duas ações de despejo anuais não cobramos nada. O terceiro ponto, relativamente à questão de atualização tarifária para 2021, de facto, o único detalhe relevante e que é uma discórdia entre a leitura da Tejo Ambiente e a leitura da entidade reguladora, prende-se com uma das entidades chamadas, entidades em alta, portanto neste caso concreto, as águas do centro litoral que opera no município de Ourém, portanto, a componente do custo desta operação dentro da Tejo Ambiente e que se deve refletir no tarifário é surpreendentemente ou não diferente do preço praticado por metro cúbico e autorizado pela entidade reguladora, isto quer dizer que, eu vou dar-vos um teu número que não é de todo muito rigoroso mas dá para perceber em termos comparativos aquilo que eu pretendo dizer, a entidade reguladora aprova o tarifário anualmente, o tarifário a praticar por estas entidades, chamadas entidades em alta, e aprova determinado valor, imaginemos 0,60 euros por metro cúbico de influente tratado, no entanto há particularidades e este caso concreto é uma particularidade que distorce este detalhe que é o seguinte, os contratos assinados pelos respetivos municípios com estas entidades em alta também preveem os chamados proveitos mínimos permitidos, queres dizer que, num período de 12 meses, aquela entidade vai faturar à Tejo Ambiente o volume que recebe para tratar as suas Etars e fatura a 60 cêntimos o valor efetivamente permitido pela entidade reguladora, no entanto, emite uma décima terceira fatura regra geral, em janeiro de cada ano, de acerto de valor financeiro, quer isto dizer que, se aquela entidade não atingiu aquela receita que o contrato lhe permite, ela dá-se ao direito e de facto é um direito legal de cobra-lo à entidade gestora, quer dizer que, somadas as 13 faturas das águas do centro litoral que opera em Ourém e que traz um determinado peso específico no cálculo do tarifário verificámos que o preço praticado efetivo não são 60 cêntimos por metro cúbico aprovados pela entidade reguladora, mas sim 84, porque os proveitos mínimos permitidos dividindo pelo volume que foi tratado e faturado dá 84 cêntimos, logo desvirtua o cálculo. É verdade que a entidade reguladora sugeriu que assumíssemos implicitamente este delta o que não faz sentido porque e não concordámos, o conselho de administração decidiu não concordar nem acatar com esta sugestão da entidade reguladora porque o parecer de facto, não é vinculativo, deve emitir parecer a entidade reguladora mas desde que devidamente justificado pelo conselho de administração e pelos respetivos municípios acionistas, é possível não acatar esta sugestão e foi o que o conselho de administração da Tejo Ambiente decidiu fazer, porquê, sejamos realistas, assumir este tipo de detalhes tinha um impacto nos custos da empresa em cerca de 270000€ num ano, 270000 € ali mais 300000 € acolá, estamos a falar rapidamente de

muitos milhares de euros que é perímetro constante da Tejo Ambiente no seu raio de atividade, seria mais cedo ou mais tarde convertido num aumento tarifário, não tenhamos duvidas disto, portanto, é verdade que a percentagem do aumento tarifário se fosse acatada a decisão da entidade reguladora era inferior àquilo que conselho de administração entendeu implementar, portanto, o aumento de tarifário previsto para 2021, será 3.33% de aumento para as atividades água e saneamento e 1.97 para a atividade resíduos sólidos. Estes são efetivamente os aumentos que vão acontecer a partir de 1 de março na Tejo Ambiente. De facto relativamente aquela questão dos escalões, do primeiro escalão terminar nos 5, e o segundo iniciar-se nos 6, é pertinente a questão, a leitura implícita mas não deixa de ser pertinente, eu tenho esta sugestão, que de facto numa próxima revisão do modelo financeiro e, só nessa ocasião é que poderemos alterar esta estrutura porque assim está definido que no contrato de gestão delegada tem esta estrutura conforme aqui está referenciada obviamente com esta situação, eventualmente menos clara, mas implicitamente a leitura deve ser esta, o primeiro escalão é de 0 a menor ou igual a 5 metros cúbicos, o segundo escalão é, maior que 5 metros cúbicos e menor ou igual a 15, e por aí adiante mas, é verdade, temos referenciado no nosso modelo financeiro no contrato de gestão delegada e nos tarifários, digamos divulgados um hiato um número que no primeiro escalão termina em 5 e no segundo começa em 6, pode levar efetivamente a alguma confusão. Agradeço a sugestão tenho-a tomada em boa nota, numa revisão do modelo que estará previsto, que a lei, só assim o sugere é que a cada 5 anos se faça a revisão, digamos, do modelo financeiro, a não ser que haja um bom motivo a titulo excecional para o fazer, também a lei permite-o se houver uma questão muito excecional, com impacto extraordinário na atividade da Tejo Ambiente, mas em condições normais pelo menos daqui a 4 anos será revisto o modelo, essa nota está tomada, agradeço e será garantidamente tomada em consideração. O outro ponto presumo que o penúltimo tinha a ver com a questão de poder haver, obviamente eu não vou, não estive presente, não sei, mas não mentir que a questão da informação relativamente à variação de preço anual pudesse ter sido dito que estava indexada ao índice de preços ao consumidor, mas a verdade é esta, é que no contrato de gestão delegada nos estatutos e no modelo financeiro, há uma fórmula que é fórmula estamos a aplicar e essa formula inclui, mas não só, também, a variação de preços ao consumidor, mas inclui, um peso especifico financeiro das atividades em alta e é isto que leva a estes cálculos, que deram origem a esta nossa proposta de tarifário, tem mais, a fórmula de cálculo de atualização tarifária tem o hpc, índice de preço ao consumidor e os preços específicos dos custos com

as atividades em alta. Por fim também dizer que, relativamente às famílias numerosas e aos escalões é uma verdade que a entidade reguladora alertou para esse facto, tem a ver com os limites dos escalões entre aquilo que está definido para a água e para o saneamento e dentro da mesma tipologia que é, maior ou igual a 5 elementos ou uma família com maior ou igual a 6 elementos, aqui a questão que se coloca é a seguinte, do ponto de vista de gestão de tarifário e software, como tudo está indexado ao consumo da água, quer o saneamento quer os resíduos sólidos, é necessário que os escalões que estão definidos para a água se repliquem nas outras atividades, isto não foi mais do que um erro de escrita de quem fez e desenhou o contrato de gestão delegada, isto é, o documento escrito efetivamente tem esta diferença, mas depois de analisada a situação interna dentro da Tejo Ambiente, entendeu-se que, para que não hajam dúvidas devemos manter os escalões ao da água, pese embora também a Ersar nos tenha recomendado e alertado para este facto, mas também entenda a Ersar, porque a Ersar o que faz é fiscalizar a execução do contrato, mas também entende, obviamente não o vai escrever, que não seria fácil faturar-se uma determinada tipologia de escalões para água e depois para a mesma família uma outra tipologia de escalão para o saneamento, do ponto de vista operacional traria claramente aqui dificuldades de leitura da fatura, de facto é um erro, se pudermos chamar um erro, que deve ser corrigido numa próxima revisão do modelo financeiro e contrato para normalizar e será normalizado conforme hoje estamos a praticar." ----------

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*Tem a ver com os investimentos no concelho de Sardoal, estão já decorrer obras na Cabeça das Mós que eram bem necessárias mas há outras zonas que também nos preocupam em todo o concelho, sabemos que há zonas que do ponto de vista económico, digamos assim da atividade é muito difícil de criar infraestruturas nomeadamente de esgotos, em zonas em que a população está de facto muito dispersa, por exemplo em Santiago de Montalegre, há varias zonas da Freguesia que pode ser um pouco complicado gostava de saber qual é, se há alguma intenção da Tejo Ambiente, nos próximos anos desenvolver projetos de criação de infraestrutura nomeadamente de saneamento nesta tipologia de locais e gostava também de questionar, porque é um outro assunto que de alguma forma esta um pouco na ordem do dia, tem a ver com os amiantos, os fibrocimentos, eu não tenho presente e o Senhor Presidente da Câmara eventualmente poderá ajudar, eu não tenho presente se toda a zona histórica do Sardoal, da Vila do Sardoal, se foi intervencionada nos últimos 20 anos nomeadamente em termos de água de abastecimento publico, porque caso não o*

tenha feito é provável que ainda tenhamos alguns metros de conduta consideráveis de materiais que hoje em dia são pouco recomendados e portanto, uma questão para o Senhor Presidente da Câmara, se nos pode confirmar se ainda haverá fibrocimentos e outro tipo de materiais deste género mais antigos na Vila, nomeadamente porque será à partida o local onde eles possam ocorrer, estar instalados e depois para o Senhor Engenheiro José Santos, se há previsão para substituição deste tipo de materiais porque pode haver aqui perigo de facto de doença, porque está de alguma forma comprovado que há ligação a doenças do foro oncológico." ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo "*Julgo que o Senhor Engenheiro José Santos saberá responder melhor do que eu, a questão do fibrocimento só se põe quando é respirado, quando inalado, se for ingerido, o nosso próprio aparelho digestivo consegue repelir esta situação, não há perigo, a última informação que eu tenho clínica, de alguém especialista nesta matéria foi, as partículas de fibrocimento só poderão provocar problemas respiratórios quando inaladas via oral, bebidos, ingeridos o nosso aparelho digestivo trata perfeitamente do assunto e o perigo não é o mesmo, mas o Senhor Engenheiro José Santos, saberá melhor do que eu eventualmente e até se haverá mais alguma informação em relação a isto, aliás isto até já foi um assunto por mim explicado em Assembleia Municipal, há uns bons anos, é esta a informação que eu tenho, que o perigo das partículas de fibrocimento só se for por via respiratória*." ----------

Tomou a palavra o Senhor Engenheiro José dos Santos para referir "*De facto, a explicação é essa Senhor Presidente, o que está referenciado pela Organização Mundial de Saúde é que as partículas de amianto representam risco para a saúde pública, se inaladas, isto é, do ponto de vista da ingestão, efetivamente ela é excretada pelo nosso sistema digestivo, no entanto alertar para dois detalhes no que toca a este assunto, um deles é que a tubagem de água de fibrocimento pode ou não, ter amianto, depende do ano de construção depois se, e agora independentemente de ter ou não na sua composição amianto, quando ela está em funcionamento e estável, não sei se já tiveram a oportunidade de ver, mas quando se faz uma intervenção numa rede de saneamento e se corta um tubo, regra geral ele aparece com uma película interior castanha, isto quer dizer naturalmente, que são depósitos que acontecem, de ferro ou manganês, ao longo dos anos e esta película casualmente, serve também de protetora a eventuais migrações de partículas da composição da tubagem para a água que ingerimos, cimenta o interior da tubagem, qual é o risco, e é um único risco que existe nas tubagens de água de fibrocimento que possam ou não ter amianto, é para o operador, o operador da Tejo*

Ambiente que faça uma intervenção numa rede destas, tenha por qualquer motivo partido, estamos perante uma rotura, o operador deve munir-se dos equipamentos de proteção individual suficientes e a Tejo ambiente tem-nos à sua disposição no corte da tubagem, porque é naquele momento do corte da tubagem para intervencionar que vamos converter em poeira, partículas de fibrocimento que possam ou não, ter amianto e se tiver amianto no momento do corte, aí sim o operador corre riscos porque vai inalar essas partículas caso não esteja munido dos equipamentos proteção individual, é o único momento onde há risco associado à atividade de manutenção de redes. Concretamente e relativamente à primeira questão, os investimentos, de facto decorre nesta altura um investimento superior aos 900 mil euros na Cabeça das Mós, na rede de saneamento, dizer também, que irá decorrer, eu digo irá porque o processo foi finalizado há sensivelmente uma semana também irão aparecer no Sardoal investimentos no setor das águas para aquilo que chamamos setorização de redes, é o quê, é colocação de válvulas de seccionamento por exemplo, vamos dizer na Vila de Sardoal, hoje se aconteceu uma rotura nós temos que cortar o abastecimento com um perímetro alargado para podermos intervir naquele setor, o que vai acontecer são investimentos de instalação de válvulas de seccionamento em troços mais curtos para que a acontecer a necessidade de suspender o serviço, afetarmos o menor número de pessoas possível. É uma empreitada global na Tejo Ambiente, excluindo Ourém, porque nesta altura tem o serviço de abastecimento de água concessionado, de cerca de 2.8 milhões de euros. Vai ser uma empresa, a Ecoedifica que vai executar esta empreitada de setorização, digamos, de redes de abastecimento de água. Simultaneamente e esta já foi adjudicada em final de novembro do ano passado, uma empreitada que demorará cerca de 6 meses, vai estar pronta e operacional pelo verão, que é a colocação de telegestão nos sistemas de abastecimento e saneamento, telegestão é aquilo que um dia mais tarde se ambiciona colocar ao nível dos consumidores que é, a todo momento perceber-se para onde vai a água ou o saneamento e a qualidade da água e a qualidade da água residual que é entregue na entidade em alta. Também uma empreitada de cerca de 1 milhão e duzentos, para a Tejo Ambiente, nesta fase a empresa que ganhou efetuou as encomendas, portanto demora aqui algum tempo a chegarem os equipamentos, basicamente estamos a falar quadros elétricos e sistemas eletrónicos com medição pontual ou dos caudais ou dos níveis nos depósitos ou mesmo da qualidade influente é uma empreitada que vai decorrer num dado momento, no Sardoal também faremos essa intervenção, dizer também que foi solicitado aos municípios da Tejo Ambiente que nos informassem, naquilo que é sua perspetiva de

necessidades no setor das águas e setor de saneamento, dos investimentos necessários realizar nos respetivos municípios nos próximos anos e porque é que nós solicitamos isto aos municípios, porque estamos no final de um período de Quadro Comunitário, onde, e as palavras não são minhas, são da responsável da gestão do POSEUR em Lisboa, engenheira Manuela Matos que numa reunião nos disse que a Tejo Ambiente, é nesta altura a segunda empresa ao nível do país com maior taxa de execução de investimento, quer dizer que, num leque de algumas empresas intermunicipais muitas delas mergulhadas em problemas internos de gestão, eventualmente difícil, não é relevante para aqui o detalhe, mas dizer que a Tejo Ambiente poderá vir a beneficiar da dificuldade dessas empresas em executarem investimentos e a realizarem obra e se esse dinheiro vier a ser libertado que é aquilo que se chama overbooking, que é disponibilidade financeira para quem tiver projetos de execução imediatamente os lançar a concurso, se isto vier a acontecer esperamos ter novidades no início do verão a Tejo Ambiente está a tentar por tudo preparar-se para ter projetos de execução nas suas mãos para perante este cenário imediatamente lançar concurso e executar obra com financiamento excecional dos fundos comunitários. estamos a trabalhar nisto afincadamente, para estarmos preparados. Iremos ter sucesso ou não, também depende muito dessa disponibilidade financeira. Paralelamente eu diria que temos que dividir o plano de investimentos da Tejo Ambiente em 2 cenários, este é muito depende dos fundos comunitários, eu diria, uma das principais razões da criação da Tejo Ambiente e o outro que são os investimentos próprios, com fundos próprios ou resultante de empréstimos para investirmos no respetivos sistemas, estamos a falar nomeadamente no saneamento algum na água que são investimentos de reabilitação de infraestruturas, melhoramento de acessibilidades, observatórios, recuperação de reservatórios, estações de tratamento etc. É um facto que para 2021 temos cerca de meio milhão de euros para este tipo de investimentos em orçamento. É pouco, é, mas não podemos esquecer de um detalhe fundamental o modelo de investimento da Tejo Ambiente, a criação da Tejo Ambiente, previa a realização de cerca de 30 milhões de euros de investimento a 5 anos no período de 5 anos, nesta altura temos aprovados 28 milhões de euros de investimento, para realizar até ao verão de 2022, tendo nós iniciado atividade em junho de 2020, quer isto dizer que antecipamos os investimentos que estavam previstos no modelo para 5 anos para metade do tempo quer isto dizer também, que uma questão de gestão responsável financeira obviamente vamos aproveitar esta oportunidade de realizar este investimento da melhor forma possível não exagerando nos tais outros investimentos próprios com fundos próprios, porque de facto

temos que fazer uma gestão cuidadosa porque obviamente o dinheiro não é inesgotável. Mas deixamos esta nota de que, sim, há investimentos, sim, estamos atentos ao overbooking, e muito interessados em ir aproveitando as oportunidades que nos forem surgindo. Mas já agora dizer-vos também que a Tejo Ambiente é mais do que agua e saneamento, é também resíduos, já esta semana nos candidatamos ao fundo ambiental para meio milhão de euros a fundo perdido, que o fundo ambiental disponibiliza, no âmbito dos bio resíduos, os bio resíduos é algo que vai nascer digamos a responsabilidade das entidades gestoras garantirem a recolha adequada dos bio resíduos é algo que vai acontecer no ano de 2023 e até lá as entidades gestoras têm de criar condições para assegurarem essa recolha. Candidatamo-nos agora, foi um processo eu daria trabalhoso, mas está candidatado meio milhão de euros digamos de financiamento, mas o projeto ronda 1 milhão de euros e vamos ver se vamos ter sucesso, esperamos que sim, porque se tivermos vamos também dar um passo relevante na área dos resíduos. Dizer-vos também que estamos nesta altura a iniciar um processo associado aquilo que é o chamado plano diretor de resíduos, nós subcontratamos uma empresa especialista na área do planeamento de resíduos, para nos dizer como é que devemos trabalhar a gestão e a recolha de resíduos na Tejo Ambiente com uma visão, a médio e longo prazo. Nós nesta altura, a nossa principal preocupação foi assegurar a continuidade dos serviços, a segunda preocupação a partir de agora é otimizar, reduzir custos obviamente não perdendo a qualidade do serviço prestado, mas é um trabalho que estamos a fazer em simultâneo, que é o chamado plano diretor de resíduos e só agora começou, mas é um trabalho que também vai terminar no início do verão deste ano.

Julgo ter respondido a maioritariamente as questões que me foram colocadas." ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Só para completar a informação que o senhor engenheiro deu relacionado com a possibilidade de termos mais projetos em overbooking, mas é uma possibilidade, aquilo que nós sugerimos foi a ligação de Valhascos, Cabeça das Mós, Valhascos, foi a ligação também Carvalhal, São Simão a ETAR do Tojalinho, e a Etar de Vale das Onegas, são esses os investimentos que nós sugerimos que pudessem ser eventualmente incluídos em overbooking*." ----------

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Engenheiro José Santos que pudesse dar alguns esclarecimentos sobre os empréstimos da Tejo Ambiente, assunto que integra a Ordem de Trabalhos, ao que o Senhor Engenheiro, se disponibilizou para o fazer de imediato, tendo referido o seguinte: ----------

"*Sucintamente o financiamento do POSEUR, no âmbito destes projetos não é a 100% infelizmente não é 100%, eu digo infelizmente, contudo continuamos atentos a essa possibilidade, mais uma vez se houver overbooking, e dificuldade em entre aspas, gastasse o dinheiro que os fundos comunitários disponibilizam pode acontecer virem a realizar-se investimentos com financiamento a 100% Mas neste caso concreto destes financiamentos do Sardoal, e obviamente nos restantes municípios, a componente elegível digamos que foi a concurso pode ter uma comparticipação máxima de 85%, mas atenção, máxima, depois há aqui uma série de variáveis na avaliação de cada projeto que sinceramente Regra geral, remetem o montante comparticipado, para percentagens inferiores e nós estamos com uma comparticipação média na ordem dos 55, inferior a 70% no computo geral dos projetos da Tejo Ambiente. Isso quer dizer que, a Tejo Ambiente, tendo nascido 2020, em janeiro nos municípios de Ourém e Tomar, em junho, nos restantes quatro município, Ferreira, Barquinha, Sardoal e Mação, naturalmente não tem fundos próprios libertos, dinheiro disponível para colmatar o delta, a diferença para a concretização desses investimentos, então tivemos de ir ao financiamento externo. Qual é a garantia que a Tejo Ambiente dá a um banco para que seja possível o banco acreditar em nós, é que os nossos acionistas são públicos, são cada um dos municípios, os municípios Desde que, a Tejo Ambiente não entre em incumprimento financeiro, quer isto dizer o quê, dividas, descontrole financeiro, etc., desde que isso não aconteça Os municípios são o aval da continuidade da Tejo Ambiente, da sua atividade mas de facto, as dividas que a Tejo Ambiente vai contraindo são dívidas da entidade e, naquele momento em nada prejudica o município no entanto importa também esclarecer o seguinte, Daí que seja necessário dar a conhecer este endividamento, aos respetivos órgãos deliberativos dos municípios é que, se algo correr mal na Tejo Ambiente, os municípios são responsáveis do ponto de vista solidário por essas dívidas Então sim nesse momento, os municípios assumirão dentro das suas responsabilidades, no âmbito do capital social, essa divida. Nesta fase, os municípios, e os respetivos órgãos, executivos e deliberativos, têm que tomar conhecimento, daquilo que vamos fazendo, no fundo, são a nossa fiscalização, se a nossa operação é sustentável, devidamente gerida não há risco, amanhã, vamos imaginar, entramos numa situação em que um determinado Município por qualquer motivo, quer sair da empresa, tem de se apurar esta responsabilidade desta decisão política e obviamente Isto tem repercussões para o respetivo Município porque o município é acionista e avalista, financeiramente só tem responsabilidades se o projeto correr mal, caso contrario, tem conhecimento, fiscaliza mas nada mais do que isso*." ----------

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir "*Eu da minha parte não tenho mais questões mas pela minha parte e pela parte do partido Socialista, que de alguma forma em devido tempo tentamos que esta presença pudesse ocorrer enfim, o mais cedo possível, de alguma forma fizemos o pedido, queria de facto agradecer mais uma vez a sua presença e a sua disponibilidade, por si e da Tejo Ambiente, porque é importante que os nossos munícipes possam ser esclarecidos de todos estes assuntos que têm de facto importância na sua vida quotidiana, nomeadamente a questão das faturas, é importante que as pessoas percebam que houve de facto erros, são assumidos, têm de ser corrigidos, mas que esperamos que corra pelo melhor. É importante saber que há investimentos também a fazer no município do Sardoal, coisas tão importantes como o seccionamento dos vários setores, até e de facto tiro o meu chapéu também da inclusão da inteligência artificial, em toda esta gestão do sistema porque de facto a dimensão é grande esperando também que nesses investimentos possam estar outra situação que não foi referida da minha parte por omissão mas que também imagino que estará seguramente sobre os vossos olhos, tem a ver com o problemas das aguas fluviais, que muitas vezes terminam nas condutas de esgoto e que depois têm um custo, que alguém vai ter que pagar sobre o tratamento de águas que efetivamente porventura não careceu de tratamento. Mas essa é uma questão que deveria ter colocado mais cedo, seguramente sei que a Tejo Ambiente Está preocupada sobre isso o motivo desta minha última intervenção, era para agradecer a disponibilidade todos estes esclarecimentos que acho que foram importantes e acho que toda a gente pode de alguma forma beneficiar desta sua presença e da Tejo Ambiente, esperamos que o projeto corra muito bem, porque nos servirá a todos*."----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo "*Resta-me então, em nome de todos, em nome da Assembleia Municipal de Sardoal, agradecer a sua presença e desejar-lhe êxito na condução da Tejo Ambiente e que a Tejo Ambiente seja de facto importante para todos e que faça um trabalho de excelência. Muito obrigado Senhor Engenheiro José Santos.*" ----------

3.Derrama - Liquidar em 2021 referente ao ano económico 2020 – Redução;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir "*Tem a ver com uma solicitação de uma ratificação porque a exemplo de anos anteriores nós para esta taxa da derrama normalmente aplicamos a taxa 0,0, só que este ano Portal das Finanças não permite que se coloca o 0,0 e então aquilo que foi feito para ultrapassar este*

constrangimento, foi colocar no Portal das Finanças a taxa de 0,01% que não era isso que tinha sido decidido na assembleia Municipal, é mesmo só um pormenor técnico que não vai em nada prejudicar as nossas empresas, estamos a falar de uma taxa não de 0 mas de 0,01, mesmo só uma obrigatoriedade técnica pela plataforma não permitir colocar o 0,0%."
Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e, o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o nº 2 do artigo 16º da mesma lei e, nos termos do artigo 164º (Ratificação, reforma e conversão) do Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua atual redação (CPA), a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade ratificar a aplicação de uma taxa reduzida de 0,01% para as empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por se querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho, com dezoito (18) votos a favor. ----------
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. ----------

4.Aprovação de financiamentos bancários da Tejo Ambiente;

Por ser um assunto que já tinha sido discutido e informado anteriormente o Senhor Presidente da Assembleia pô-lo a votação de imediato. ----------
Considerando a alínea a) do nro.2 do artigo 25º da Lei nro 75/2013, de 12 de setembro, bem como a alínea b) do nro.5, do artigo 25º, do Decreto-Lei nro. 133/2013, de 3 de outubro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade dar autorização prévia para a contratualização de empréstimos bancários de médio e longo prazo no valor total de 6 235 000.00 euros, pela empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A., com dezoito (18) votos a favor. ----
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ----------
A Senhora deputada do Partido Socialista, Patricia Silva, apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: ----------
"*Exmo. Sr. Presidente,*
Votamos a favor neste ponto (ponto 4 da ordem de trabalhos) porque entendemos que o Sardoal precisa, urgentemente, desta intervenção, tal como se propõe, para melhorar os serviços e qualidade de vida dos Sardoalenses.
No entanto, ressalvamos que não concordamos nem compactuamos com qualquer alteração na sua implementação que vise prejudicar substancialmente a população.

Esta empresa revela-se, até à data, incompetente e sem capacidade de resposta, refletindo-se no desagrado geral dos munícipes.

Não obstante, o Sr. Presidente Miguel Borges apresentou-nos esta solução da Tejo Ambiente criando expectativas de grandes benefícios para o Município e Sardoalenses, que estão registadas em ata e que nos levaram a votar favoravelmente, sendo uma delas de que não haveriam aumentos nos próximos 15 anos para além da taxa de inflação. Tal não se verifica dado que, após e apenas um primeiro ano de funcionamento, os munícipes viram as suas facturas largamente inflacionadas sentido-se enganados e preocupados com esta situação.

Manifestamos assim o nosso desagrado para com a condução desta situação em geral esperando que este voto favorável mereça o respeito devido pelos Deputados do PS e munícipes do Sardoal.

Sardoal, 26 de fevereiro de 2021

P/ Os Deputados do PS,

Patrícia Silva"

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo "*Correndo o risco de ser incorreto, diria que este é o problema de fazer declarações de voto previamente feitas depois da discussão que tivemos acerca da Tejo Ambiente eu nem sei como Qualificar esta declaração de voto, no sentido em que, pode até ter toda a razão, mas é despropositada e Era só isto que eu queria que todos nós refletíssemos, o que é que andamos aqui a fazer na política, se é para escrever declarações de voto previamente escritas depois de uma discussão onde podemos discutir até ao ínfimo pormenor o que se passava na Tejo Ambiente, onde toda a gente podia ter ficado esclarecida e depois de lidar com uma declaração de voto, sobre a qual nem devia estar aqui a dizer nada mas temos de a ouvir e vai ficar em ata, com certeza. "* ----------

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Eu não vou dizer absolutamente nada sobre a declaração de voto porque é a consequência do debate que existia agora aquilo que eu lamento é que eu tenha sido referenciado Nesta declaração de voto e que não me tenha sido dada a oportunidade de poder explicar, de poder falar, de me poder defender sobre aquilo que está contido Nesta declaração de voto. Lamentável mais uma vez isto não tem absolutamente nada a ver com aquilo que o Senhor deputado Adérito Garcia começou na sua intervenção no princípio desta Assembleia, isto em política, e desculpem-me a expressão, chama-se uma canelada debaixo da mesa, porque na verdade a política faz-se de discussão, Discussões de ideias de defesas de ideias não houve nenhuma*

intervenção dos senhores deputados, em relação a este assunto e depois aparece esta declaração de voto, não permitindo que alguém se possa defender mas pronto também já estamos a ficar habituados sobre esta forma de fazer política." ----------

5.Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir "*Isto tem a ver com um pormenor essencialmente técnico, claro que nós temos despesas com o fornecimento de energia e Tecnicamente eu tenho competência, são-me delegadas competências para assumir este valores até 99759,57€, quando o valor ultrapassa, quando alguma aquisição, ou algum fornecimento de serviços para fornecimentos plurianuais de acordo com a legislação tem de ser a Assembleia Municipal a aprovar se assim o entender, e é isto que nós aqui trazemos, os contratos plurianuais, é uma previsão com base naquilo que tem sido os consumos dos anos anteriores, é aquilo que nos prevemos que vamos consumir para os anos de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o contrato de fornecimento energia*." -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*A questão que quero colocar, digamos que não está em causa a assunção dos compromissos plurianuais, mas tem que ver com o que está dentro destes compromissos e neste caso com o próprio consumo de energia. Para colocar ao Senhor Presidente a questão para este processo que vai resultar com a EDP, queria questionar se foram colocadas se foram pedidas propostas a outros operadores se esta é a proposta economicamente mais vantajosa para o município, E outra questão que também queria tem a ver com a substituição de lâmpadas para lâmpadas led. Se eu não estou enganado uma grande parte destes consumos energéticos estes valores que são de facto grandes para o município que temos, mas creio que uma grande parte deste consumo tem a ver com a iluminação pública e portanto a questão que eu coloco é, se já está planeado ou se há planos para promover uma substituição urgente das lâmpadas led pelas lâmpadas que possam existir não led para led ou outra tecnologia mais eficiente para quando porque daquilo que eu ouvi falar há algum tempo a EDP teve projetos de substituição de lâmpadas Eu sei que para particulares isto ocorreu até com parceria de uma rede de supermercados, mas tenho ideia que terá ocorrido também para Municípios, e esta questão coloca-se Porque noutros municípios de facto tem acontecido estas substituições e sabendo que se tiver que ser o município a suportar a substituição importa sempre algum investimento, mas a medio e longo prazo seguramente que será rentável, Aliás como já acontece nas nossas casas."* ----------

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Neste momento nós temos mais de 50% de instalação de lâmpadas de LED e o compromisso que há da EDP, porque nós temos aqui a EDP produção e depois temos o fornecedor de energia que é diferente, há aqui empresas diferentes é fazer uma alteração de cerca de 500 por ano, para este ano o que esta previsto é a substituição de 570 lâmpadas Centro certo que na iluminação pública o compromisso é até 2022 estarmos a 100% é este o ponto de situação mas 50% neste momento já está. Quando o senhor fala no contrato de outras empresas porque é que não foram consultadas, este é um processo que vai decorrer no acordo quadro da comunidade e de acordo com as regras do acordo quadro haverá certamente três quatro ou cinco empresas que irão fazer a melhor proposta, estamos a falar no âmbito do acordo quadro com a comunidade intermunicipal por isso, depois haverá as propostas, a melhor proposta, será aquela que nos irá fornecer a energia*." ----------

Tomou a palavra a senhora deputada Joana Ramos referindo "*Eu só queria dizer ainda bem que acabamos por entrar neste ponto, tem tudo a ver com o Senhor deputado Adérito Garcia, apesar do nosso confronto de ideias, é sempre alguém que traz para aqui questões importantes que se calhar até é uma pessoa que durante as próprias reuniões, o trabalho que temos antes, a preparação da própria reunião dos anos, a leitura dos documentos vai também incluindo algumas reflexões próprias dentro da sua atuação aqui nas Assembleias Municipais e, é assim que nos tem habituado.*

Eu gostaria só de dizer aqui uma coisa que é, não gostaria nunca, de vir para esta Assembleia sobretudo substituindo alguém, com uma declaração de voto já pensada, e não ter autonomia para a qualquer momento decidir que ela não iria ser lida." ----------

Interveio o Senhor deputado Rui Valente para referir "*O Senhor Presidente Miguel Borges, numa Assembleia, se não estou enganado, de dezembro de 2019, eu questionei relativamente à substituição das lâmpadas led e principalmente os fios elétricos ainda estão aqui pelo menos nesta Freguesia dos Valhascos, que eu não queria direcionar só para os Valhascos, mas aqui é um facto, ainda temos fios de distribuição elétrica uns com fios ou sem fio e o Senhor Presidente nessa assembleia de dezembro 2019 informou-nos que até ao final de 2020 teria todo o concelho com lâmpadas led, também sei que houve esta questão do Covid, também mas era uma pergunta que eu queria fazer ao Senhor presidente penso que ele já respondeu, que só para o final 2022 Mas há que intervir, porque de facto a iluminação aqui nesta freguesia é uma desgraça*."----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu "*Eu não tenho ideia nenhuma de ter afirmado que até ao final 2020 teríamos tudo substituído em lâmpadas led, há talvez aqui algum*

equivoco, algum mal-entendido certamente eu não tenho essa ideia de alguma vez o ter afirmado ou sequer de alguma vez o ter pensado. Em relação aos fios permitam-me a expressão é uma praga, realmente é um assunto que está todo o país a discutir esta situação ainda há bem pouco tempo na Associação Nacional de Municípios essa questão foi posta, na verdade há aqui uma grande indisciplina em relação aquilo que são o que são os fios elétricos que só introduzem ruído naquilo que são as nossas aldeias naquilo que são as nossas vilas e realmente urge que se faça alguma alteração nesse sentido. Posso-lhe dizer que quando nós fizemos os corredores centrais, aqueles passadeiras aqui na nossa Vila houve também e algumas ficaram preparadas, para que os cabos elétricos, mas também aquilo que é as operadoras de telecomunicações pudessem vir um dia a passar por baixo desses corredores. Nós quando fizemos este projeto já pensamos nisso, agora não temos condições não existem condições, não só no Sardoal, arriscar-me-ia a dizer em quase todo o país para obrigarmos estas operadoras a fazerem este trabalho porque soma custos e a gente já sabe a quem é que vão imputar tudo, esses custos serão sempre ao consumidor final, mas é um problema é um problema que era muito importante que este país pensasse nele, porque na verdade custa muito olhar para o céu e ver as coisas como. Estou atento essa situação com outros colegas Presidentes de Câmara, temos alertado para, mas nós também sabemos qual é o peso que muitas das operadores nestas matérias têm, em relação aquilo que é investir e são gastos, mas na verdade tem de haver aqui um financiamento, um dia se houver um financiamento comunitário para as próprias empresas fazerem essa substituição eu posso-lhe dizer e volto a afirmar que nós, já antevendo, essa possibilidade, deixamos os corredores centrais preparados para poderem por aí, passar os cabos." ----------

Considerando a alínea c) do nro.1, do artigo 6º da Lei nro. 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade dar autorização prévia para a repartição dos encargos e para assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2021, 2022 e 2023, bem como autorizar que, sem ultrapassar o preço contratual estimado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais em função dos consumos de eletricidade verificados, com dezoito (18) votos a favor.

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ----------

Tomou a palavra a Senhora deputada Patrícia Silva, referindo "*É só para responder à deputada Joana, que, eu tenho opinião própria, e apresento-a sem vergonha, e gostaria também de saber se existe alguma norma, alguma orientação, em que eu tenha de pedir autorização, para poder apresentar uma declaração de voto.*" ----------

O Senhor Presidente da Assembleia, tomou da palavra para dizer "*Espero que a próxima reunião da Assembleia Municipal já seja presencial, que é um bom sinal para todos, quer dizer que a pandemia já se está a ir, e que a atividade económica pode ser retomada, que os nossos filhos podem ir para a escola, que é uma situação que a todos preocupará com certeza. Sendo a reunião presencial, vou tentar que seja também transmitida em direto e que isso seja o modus operandi, que continue no futuro, porque acho que é bom que toda a gente tenha acesso à discussão, como eu disse várias vezes, é importante que toda a gente seja esclarecida, é esse também o papel da Assembleia Municipal, daí esta minha postura de sempre elogiar tudo o que seja questões, sejam elas, as vezes, até podem parecer ridículas, nunca o serão, aqui, se visarem o pleno esclarecimento de todas as questões.*" ----------

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para referir "*É uma declaração que tem a ver com algo que tem acontecido se calhar nas Assembleias, pelo menos as que eu assisto há cerca de 20 anos, mas hoje fiquei especialmente preocupado, e que teve a ver com a discussão do assunto da Tejo Ambiente.*

Não é pelo facto de ter sido eu, ou tivesse sido outro deputado, ter sido feito esta discussão, os senhores deputados não poderiam intervir, os deputados entenderam não o fazer, e fico preocupado porque pelo menos da parte do PSD, não percebi se eles de facto tinham questões para colocar se não, se eu as coloquei e se calhar substituí ou me adiantei porventura a algumas intervenções, mas eu confesso que gostava de ter visto, pelo menos naquela discussão, naquele tema, gostaria de ter assistido a mais intervenções dos Senhores deputados, nomeadamente a bancada do PSD. Como é óbvio toda a gente tem o livre arbítrio de decidir intervir ou não, mas sendo um assunto que, acho eu, nos preocupava a todos, gostava de ter visto mais intervenções.

Eu ainda sou do tempo em que colegas de várias bancadas chegavam à Assembleia Municipal com os envelopes da documentação ainda por abrir, hoje em dia, não temos como, e ainda bem porque os documentos vão em formato digital, perceber isto, mas eu quero acreditar que toda a gente pelo menos lê a documentação e dou o beneficio da duvida, mas efetivamente em temas como este da Tejo Ambiente, fico profundamente preocupado, por não ter havido intervenções da bancada do PSD. É só um reparo que

quero fazer, e deixar presente que não queria deixar terminar esta reunião sem deixar este meu desabafo." ----------

Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia "*Porque não sei se reparou, mas a primeira pergunta foi feita por mim, eu iniciei o debate, fiz uma pergunta, eu bem sei que sou presidente, mas também não me anulo dessa maneira, eu de facto fiz uma pergunta. É verdade que a maioria das perguntas foram feitas por si, e eu fiquei muito satisfeito com as perguntas que fez porque responderam a muitas das questões que eu tinha também, alem da pergunta que eu já tinha feito. Portanto, eu acho que as suas perguntas esclareceram as duvidas que muitos tínhamos, mas dê-me lá esse beneficio da duvida, eu também fiz uma pergunta, não foi só o Senhor deputado*." ----------

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos para referir "*Para quem não esteve na Assembleia Municipal anterior, de facto o deputado Adérito Garcia foi o motor, de muitas das indagações que hoje vieram aqui a esta reunião e na minha opinião, e isso esta em ata, muitas delas oportunas e com todo o sentido, como é evidente acabou por tomar aqui a palavra, porque acho que nenhum de nós teria o atrevimento de fazer as perguntas que o Senhor Adérito Garcia, até já tinha colocado na reunião anterior, acho que isso até seria de uma tremenda falta de respeito e de consideração pelo trabalho que já tinha tido, embora todos nós tenhamos uma ideia ampla dos documentos e discutimos estas opiniões em reuniões preparatórias, e eu até tinha algumas opiniões sobre a Tejo Ambiente até aqui há uns tempos atrás, umas foram confirmadas, outras não, mas sobre aquele preço da agua, aquilo que eu sempre tive a perceção é que no Sardoal a agua era um bem que não se pagava a um preço muito alto, até há uns anos atrás e portanto, iria haver aqui um reequilibrar, do preço ao consumidor que eventualmente poderia trazer algumas surpresas. Esta é a minha perceção, não é tão técnica, nem tão profunda como a sua e eu agradeço a sua, ainda bem que foram boas questões*."----------

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "*Na verdade os estudos de viabilidade económica e financeira apontaram para não aumento do tarifário, num período de 15 anos, está registado, esta no papel, foram os documentos que vos entregaram, foram os documentos dentro do enquadramento, desta empresa e foi com base nestes documentos, que tanto eu, como os senhores, aprovamos a nossa entrada na Tejo Ambiente, por isso, o ponto de partida foi igual para todos, eu não tive mais informação do que aquela que os senhores tiveram, foi a mesma, é claro que depois o percurso, tornou-se mais sinuoso do que aquilo que o documento queria fazer passar. Posso-vos dizer que também já tomei algumas posições em relação a isso na Tejo Ambiente, posso-vos dizer*

que as atas da assembleia da Tejo ambiente se não estão publicas irão estar, e os senhores podem ter acesso aquilo que foram as minhas posições, em relação a esses estudos que nos indicavam um caminho, mas depois deram outro." ----------

O Senhor Presidente da Assembleia, tomou da palavra para referir o seguinte: "*Eu ainda vou agradecer mais ao Senhor deputado Adérito Garcia, porque de facto ele fez um trabalho muito importante na ultima Assembleia, sei que o entregou na Câmara Municipal, a Câmara Municipal, acolheu e juntamente com a Tejo Ambiente preparou uma resposta que todos tivemos acesso e todos lemos, isso sim, é um trabalho de louvar. Portanto, no fundo, depositamos em si também nesta discussão as dores de todos, e fazemos isso completamente à vontade. A esse respeito, foi no fundo, um depositar de confiança porque sabíamos que estava dentro do assunto, alem das perguntas que cada um entendeu fazer e eu fiz a minha. Penso que era de elementar justiça dizer isto.*

Queria acabar esta reunião dizendo o seguinte, pedir-vos desculpa por alguma coisa que tenha corrido menos bem, nesta reunião por vídeo conferencia, de facto, isto extrapola em muito a minha habilidade com a informática e com as transmissões em direto, com uma serie de programas que é preciso instalar, aproveito para agradecer ao meu filho a importante ajuda que me deu senão, eu não tinha conseguido e assim foi possível fazer a primeira transmissão em direto de uma Assembleia Municipal de Sardoal e fico bastante contente que isso tenha acontecido, e espero que tenha sido proveitoso, para nós e sobretudo para os munícipes de Sardoal, que são esses que nós temos que defender aqui e é por esses que nós estamos aqui, desde as 8 horas, quase até à meia noite, é por esses que nos devemos trabalhar e termos um modus operandi que nos deixe de consciência tranquila, porque é por eles que estamos aqui e não por estratégias e no fundo, outras questões menos importantes." ----------

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 24 horas, da qual se lavrou a presente ata. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário_____